

**FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO**  
**ESCOLA DE GOVERNO PROFESSOR PAULO NEVES DE CARVALHO**  
**NÚCLEO DE REFERÊNCIA DA MEMÓRIA DO PROFESSOR PAULO NEVES DE**  
**CARVALHO**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser textual, com indicação de fonte conforme abaixo.

MENDES, Vicente de Paula / NR-PNC, 2014. 30 p.

**MENDES, VICENTE DE PAULA**  
**(depoimento, 2014)**

**Belo Horizonte**

**2014**

### *Ficha Técnica*

**Tipo de entrevista:** História Temática

**Entrevistador:** Evaristo Caixeta Pimenta

**Transcrição, conferência e copidesque:** Evaristo Caixeta Pimenta

**Local:** Escola de Governo Professor Paulo Neves de Carvalho - Fundação João Pinheiro. Belo Horizonte - MG - Brasil

**Data:** 09/10/2014

**Duração:** 154 minutos

**Páginas:** 30

Entrevista realizada no contexto do processo de implantação do Núcleo de Referência da Memória do Professor Paulo Neves de Carvalho.

### **Legenda:**

**ECP** – EVARISTO CAIXETA PIMENTA (entrevistador)

**VPM** – VICENTE DE PAULA MENDES

**ECP** – Professor Vicente, quais foram as circunstâncias do seu primeiro contato com o Professor Paulo Neves?

**VPM** – O primeiro contato aconteceu na Faculdade de Direito, durante o curso de bacharelado que, àquela época, era anual. Era, portanto, o terceiro ano, provavelmente no início de 1966. Ele era o professor de Direito Administrativo e já era professor catedrático. Ele tinha uma fama de ser um professor muito bravo, mas logo as pessoas se encantavam com ele, não só pela competência e pela qualidade das suas lições, mas também porque viam nele uma referência que a gente não vê em qualquer professor. Paulo Neves foi sempre considerado muito competente. Nunca vi alguém duvidar da competência dele como professor. Fui aluno dele durante um ano inteiro. Nesse momento já nos tornamos amigos, se posso assim dizer, porque ele era o professor e eu aluno. Mais tarde, quando terminei o curso, me candidatei à pós-graduação que, à época, podia ser iniciado antes do término do bacharelado. Novamente ele foi meu professor. Minha área era a de Direito Público. Ali tivemos uma grande aproximação. Íamos para a biblioteca... Ele foi o orientador da minha tese e ministrou mais de uma disciplina no curso de pós-graduação. Ele me ajudou a elaborar a tese à medida que ia orientando. Ele dizia: “vamos tirar essa parte. Vamos mudar o título. Vamos reduzir a abrangência do tema”. Descobri que possuíamos muitas afinidades. Então o Professor Paulo foi, dos meus professores, aquele de quem mais me aproximei. Tive outros bons professores, como o Prof. Raul Machado Horta, mas aquele que foi meu amigo, meu confidente, foi o Professor Paulo Neves.

**ECP** – Quais foram as suas primeiras impressões em relação ao Professor Paulo Neves, quando o conheceu?

**VPM** – Sempre vi o Professor como uma pessoa muito rígida, mas educada. Precisamos fazer a distinção entre rigidez e grosseria. Ele sempre foi muito educado, mas também muito rígido com o magistério, com as avaliações. Ele dava notas baixas. Ele reprovava. Uma coisa que notei no Professor Paulo é que ele não gostava de falar mal dos outros, a não ser em alguma confidência, em uma conversa mais íntima. Mas ele não fazia discursos contra as pessoas. Talvez até pela posição dele de homem público, porque, quando o conheci, ele já havia passado pela administração estadual. Já havia sido Secretário de Estado do Governador Magalhães Pinto<sup>1</sup>. Então ele era um homem que

---

<sup>1</sup> **José de Magalhães Pinto (1909-1996)**. Natural de Santo Antônio do Monte (MG), Magalhães Pinto foi admitido por concurso, em 1926, como escriturário no Banco Hipotecário e Agrícola de Minas Gerais, depois Banco do Estado de Minas Gerais, em Belo Horizonte. Em 1929, trocou o Banco Hipotecário pelo Banco da Lavoura do Estado de Minas Gerais. Em menos de quatro anos, Magalhães Pinto tornou-se gerente do Banco da Lavoura e, em 1935, diretor da matriz em Belo Horizonte. Em 1938, passou a ocupar a presidência da Associação Comercial de Minas Gerais, além de passar a dirigir no final desse ano a sucursal do Banco da Lavoura no Rio de Janeiro. A partir de 1939, presidiu a recém-criada Federação de Comércio de Minas Gerais, tornando-se ainda diretor da companhia Níquel Tocantins, da Mineração e Usina Wigg e da Companhia de Seguros Minas-Brasil (foi um dos fundadores das duas últimas). Presidiu também o Sindicato Nacional dos Exportadores de Ferro e Metais Básicos. Na mesma década, iniciou seu curso na Faculdade de Direito de Minas Gerais. No decorrer do ano de 1943, Magalhães Pinto passou a se reunir com um grupo de políticos mineiros que faziam oposição ao Estado Novo, o qual era integrado por Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco, Odilon Braga e

---

Pedro Aleixo. Esse grupo decidiu promover uma manifestação das personalidades mineiras de contestação ao Estado Novo. Nessa época, Magalhães Pinto já era um dos homens mais prestigiados na vida econômica mineira. No dia 24 de outubro de 1943 foi divulgado o chamado Manifesto dos mineiros, que se constituiu no primeiro pronunciamento público de setores liberais contra o Estado Novo. A subscrição do documento ficou limitada aos mineiros: eram 92 assinaturas – entre as quais, a de Magalhães Pinto. Vários signatários sofreram sanções em suas vidas profissionais. Por esse motivo, com base no artigo 177 da Constituição de 1937, foram demitidos ou aposentados todos aqueles que trabalhavam em empresas públicas e, nos casos de estabelecimentos particulares, o governo pressionou seus proprietários, na maioria das vezes com êxito. Entre os punidos figurava Magalhães Pinto, que foi afastado do cargo de diretor não só do Banco da Lavoura, mas também de outras empresas que dirigia. No período seguinte, juntamente com seu irmão Valdomiro, Magalhães Pinto mobilizou alguns amigos para a formação de um banco, com os quais recolheu um montante de 90 mil contos de réis e criou o Banco Nacional de Minas Gerais, em maio de 1944. Com a reorganização dos partidos, iniciada com a edição do Ato Adicional em fevereiro de 1945, os setores que vinham se opondo ao Estado Novo reuniram-se em torno da União Democrática Nacional (UDN), fundada em 7 de abril de 1945. Entre os grupos que integraram o novo partido figuravam as facções liberais com forte identificação regional: no caso de Minas Gerais, foram os inspiradores do manifesto, como Magalhães Pinto, Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Melo Franco e Milton Campos. Em dezembro de 1945, Magalhães Pinto foi eleito por Minas Gerais, na legenda da UDN, deputado à Assembleia Nacional Constituinte. Participou ativamente dos trabalhos da Constituinte iniciados em 5 de fevereiro de 1946, atuando em particular na Comissão de Finanças. Com a promulgação da nova Constituição, em 17 de setembro seguinte, a Assembleia Constituinte foi desdobrada em Câmara e Senado, passando seus integrantes a exercer o mandato legislativo ordinário. Entretanto, com a posse do udenista Milton Campos no governo de Minas Gerais, em 19 de março de 1947, Magalhães Pinto foi convidado para ocupar a secretaria de Finanças do novo governo, o que provocou seu afastamento da Câmara. Permaneceu no cargo até julho de 1950, quando retomou a atividade parlamentar, visando candidatar-se mais uma vez à Câmara dos Deputados. Reeleito para a legislatura iniciada em fevereiro de 1951, obteve nova reeleição, sempre na legenda da UDN, no pleito de outubro de 1954. Em 1958, foi escolhido presidente da UDN de Minas Gerais, ao mesmo tempo em que era reeleito deputado federal no pleito de outubro desse ano. No início de 1959, Magalhães Pinto foi escolhido presidente nacional da UDN e, atendendo à ala liderada pelo deputado federal Carlos Lacerda, apoiou a candidatura de Jânio Quadros à Presidência da República nas eleições de 1960. Na mesma eleição, Magalhães Pinto derrotou o candidato possedista Tancredo Neves e assumiu o Governo do Estado de Minas Gerais. Com a crise política causada pela renúncia do Presidente Jânio Quadros, em 25 de agosto de 1961, um grupo de políticos, incluindo Magalhães Pinto, reuniu-se para discutir a possibilidade de impedir a posse do vice-presidente João Goulart, que era identificado com um programa de reformas de base (agrária, urbana, bancária, tributária e constitucional) defendido por partidos de esquerda e pelo movimento sindical. Por essa razão, foram vários os apelos dos governadores estaduais para que Jânio permanecesse no cargo e para que o Congresso rejeitasse a renúncia do presidente. Todavia, a maioria do PSD-PTB no Congresso considerou a renúncia um fato consumado, o que provocou o veto dos três ministros militares à posse de João Goulart. Ao mesmo tempo, assumiu o governo o presidente da Câmara dos Deputados, Ranieri Mazzilli, o segundo na linha sucessória. Considerando que a solução da crise parecia encaminhar-se para a instalação de um regime parlamentarista, Magalhães Pinto tomou parte nos entendimentos mantidos nas áreas civil e militar sobre o regresso de Goulart, promovendo no Rio de Janeiro uma reunião de governadores para um pacto de segurança das instituições frente à instalação do novo governo. A crise foi solucionada com a promulgação, no dia 2 de setembro de 1961, da Emenda Constitucional nº 4, que instaurou o sistema parlamentarista de governo, reduzindo assim os poderes presidenciais. Apesar de a emenda parlamentarista prever para o início de 1965 um plebiscito que decidiria sobre a continuidade ou não do parlamentarismo, a forte pressão exercida durante o ano de 1962 por amplos setores da sociedade pela realização imediata do plebiscito fez com que o Congresso aprovasse, no dia 15 de setembro de 1962, a Lei Complementar nº 2, que marcava o plebiscito para 6 de janeiro do ano seguinte. Os governadores, inclusive Magalhães Pinto, apoiavam a realização do plebiscito com o objetivo de unificar o comando do país, centralizando o poder político e revigorando a autoridade do governo. Após a realização do plebiscito, em 6 de janeiro de 1963, que determinou a volta do regime presidencialista, a ala lacerdista da UDN — mais radical — passou a conquistar cada vez mais espaço ao assumir uma guerra declarada contra o governo Goulart. A partir de outubro, a conspiração contra o

---

governo já começava a tomar corpo em vários estados e, em Minas, Magalhães Pinto desenvolvia articulações com os conspiradores militares, general Carlos Luís Guedes, comandante da 4ª Infantaria Divisionária, sediada em Belo Horizonte, e general Olímpio Mourão Filho, comandante da IV Região Militar (RM) e da 4ª Divisão de Infantaria (DI), em Juiz de Fora. Em 15 de janeiro de 1964, Magalhães Pinto convidou o deputado udenista José Monteiro de Castro para assumir imediatamente a Secretaria de Segurança Pública com a missão de engajar-se na articulação da insurreição armada. O secretário do Interior e Justiça do estado, Osvaldo Pieruccetti, já recebera também o mesmo encargo. Segundo Magalhães Pinto, “a 1º de março de 1964 todos os dispositivos estavam ajustados para a contestação armada”. No dia 28 de março de 1964, Magalhães Pinto dirigiu-se a Juiz de Fora para encontrar-se com o marechal Odílio Denis e os generais Mourão Filho e Carlos Luís Guedes. No encontro ficou decidido que o dia 31 seria a data da deflagração do movimento, à revelia de Castelo Branco, que o marcara para o dia 2 de abril. No próprio dia 28 de março, Magalhães Pinto autorizou o comandante da Polícia Militar, coronel José Geraldo de Oliveira, a colocar seus 20 mil soldados em condições de iniciar a luta no dia 31, ao lado das unidades federais. A unidade militar do estado estava assegurada pelos generais Guedes e Mourão Filho, aos quais juntava-se o general Antônio Carlos Murici, enviado recentemente a Minas pelo Marechal Castelo Branco com o objetivo de assumir “o comando da vanguarda revolucionária”. Magalhães Pinto determinou ainda a requisição de todo o estoque de gasolina existente no estado, além de reorganizar o seu secretariado com o objetivo de dar uma unidade política a Minas para a sustentação do movimento que se iniciava. Foram então incorporados ao seu gabinete figuras experientes como Milton Campos, José Maria Alkmin e Afonso Arinos de Melo Franco. Este último ficaria encarregado de negociar o reconhecimento internacional da condição de nação beligerante para Minas e para os estados que com ela formassem em caso de guerra civil. Contavam ainda, conforme seria revelado pela imprensa muitos anos depois, com o fornecimento de petróleo e material bélico por parte dos Estados Unidos, através de uma operação de apoio militar denominada “Brother Sam”. A participação do Presidente Goulart na comemoração dos 40 anos da Associação Beneficente dos Sargentos da Polícia Militar, realizada nos salões do Automóvel Clube do Brasil, no Rio de Janeiro, na noite do dia 30 de março, considerada um estímulo à indisciplina nos quartéis, agravou ainda mais a crise político-militar que já se acentuara com o episódio da revolta dos marinheiros, em termos de desrespeito à hierarquia militar. Na manhã do dia seguinte, com o objetivo de deflagrar o movimento anti-Goulart, o general Mourão Filho enviou seus homens em direção ao Rio de Janeiro. O gesto do general surpreendeu a oficialidade dos outros estados, inclusive Castelo Branco, que entrou imediatamente em contato com Magalhães Pinto para que fosse emitida uma ordem de volta aos quartéis. Diante da negativa de Magalhães Pinto, sob o argumento de que as tropas já estavam próximas da divisa de Minas Gerais com o estado do Rio de Janeiro e de que só voltaria para os quartéis com a derrota ou a vitória, Castelo Branco alertou os oficiais de que não havia outra escolha a não ser apoiar o levante de Minas, que, caso contrário, seria esmagado. Foram também presos vários líderes estudantis e sindicais de esquerda em Minas. Nos dias que se seguiram à derrubada de Goulart, Magalhães Pinto participou das negociações que iriam apontar o novo presidente da República. No dia 4 de abril compareceu a uma reunião com mais seis governadores no Ministério da Guerra, no Rio de Janeiro, para discutir a sucessão presidencial. Os governadores eram favoráveis à eleição imediata do presidente pelo Congresso e, na escolha de um nome, só o de Castelo Branco obteve consenso. No dia 5 de abril, em nova reunião realizada em clima menos tenso com cinco governadores e dois representantes de Lacerda e Magalhães Pinto, Costa e Silva voltou atrás em suas posições e concordou com a indicação do nome de Castelo Branco. Na noite do dia 5, Castelo aceitou finalmente o convite. Embora vários nomes tivessem sido cogitados para a presidência da República — inclusive o de Magalhães Pinto —, foi Castelo Branco a única indicação capaz de manter a unidade militar e dar consequência administrativa e política ao movimento de 31 de março. João Agripino foi autor da subemenda de prorrogação do mandato de Castelo Branco até 15 de março de 1967 — com eleições marcadas para outubro de 1966 —, que o Congresso viria a aprovar no dia 22 de julho de 1964. No dia 25 de outubro de 1965, os líderes civis do movimento de março de 1964 — Magalhães Pinto, Lacerda e Ademar de Barros — romperam com Castelo em protesto contra a política econômico-financeira vigente e contra as medidas políticas que haviam impedido a prorrogação dos mandatos. Diante da crise política instalada no país e do prenúncio de rejeição no Congresso das emendas constitucionais propostas pelo governo, Castelo decidiu editar, em 27 de outubro de 1965, o Ato Institucional nº 2 que, entre outras medidas, declarava a extinção dos partidos e a realização de eleições indiretas para a presidência da República e para os governos estaduais, reabrindo o processo de cassações de mandatos e de

possuía uma postura mais discreta, mas sempre muito rígido. Por tudo isso era muito respeitado pelos outros professores.

---

suspensões de direitos políticos. Durante seu governo, Magalhães Pinto criou o Banco de Desenvolvimento do Estado, a Bolsa de Valores de Minas Gerais, a Eletrificação Rural de Minas Gerais (Ermig) e a Metais de Minas Gerais (Metamig), esta última com o objetivo de racionalizar a política de minérios no estado. Criou ainda as secretarias de Ação Social, do Abastecimento e do Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais. No dia 31 de janeiro de 1966 deixou o governo do estado, transmitindo-o a Israel Pinheiro. Em março de 1966, Magalhães Pinto anunciou seu ingresso na Aliança Renovadora Nacional (Arena), partido da situação formado após a edição do AI-2, tendo como oposição o Movimento Democrático Brasileiro (MDB). No pleito de novembro de 1966, Magalhães Pinto foi novamente eleito deputado federal por Minas na legenda da Arena. Empossado em fevereiro de 1967, exerceu o mandato apenas até o dia 14 de março seguinte, pois nesse meio tempo havia recebido e aceito o convite de Costa e Silva para ocupar o cargo de ministro das Relações Exteriores. Durante todo o ano de 1968, realizaram-se várias greves operárias e as manifestações estudantis de repúdio ao regime vigente. A crescente mobilização desses setores — que contavam com o apoio de setores da Igreja e de alguns segmentos da classe média — e o agravamento das tensões entre governo e oposição levaram o governo a editar o Ato Institucional nº 5 (13/12/1968), que autorizava o presidente da República a decretar o recesso do Congresso Nacional e de outros órgãos legislativos, a intervir nos estados e municípios sem as limitações previstas na Constituição, a cassar mandatos eletivos e a suspender por dez anos os direitos políticos de qualquer cidadão, além de suspender a garantia de habeas-corpus para os crimes contra a segurança nacional. Como ministro, Magalhães Pinto foi um dos subscritores dessa medida responsável por um maior fechamento do regime. Nesse mesmo dia, o Ato Complementar nº 38 decretou o recesso do Congresso Nacional por tempo indeterminado. Logo após a edição do AI-5 foram presos vários jornalistas e políticos opositores, entre os quais o ex-governador Lacerda e o ex-presidente Kubitschek, além de parlamentares do MDB e da própria Arena. No dia 25 de outubro, o Congresso recém-aberto elegeu o general Emílio Garrastazu Médici, comandante do III Exército, para ocupar a presidência da República por 293 votos contra 76 abstenções (correspondentes à bancada do MDB). O novo presidente foi empossado no dia 30 de outubro de 1969. No novo governo, Magalhães Pinto foi substituído por Mário Gibson Barbosa e retomou em seguida suas funções de deputado federal. No pleito de 15 de novembro de 1970, Magalhães Pinto foi eleito senador por Minas Gerais na legenda da Arena. Em fevereiro de 1975, foi eleito por unanimidade presidente do Senado para o biênio 1975-1976. Com a extinção do bipartidarismo em novembro de 1979 e a constituição de novos partidos, intensificou-se a mobilização de Magalhães Pinto para a formação de uma nova agremiação. Em fins de dezembro foi lançado o Partido Popular (PP), que tinha entre seus fundadores os mineiros Magalhães Pinto e Tancredo Neves. A legenda definia-se como “um partido de oposição — popular, progressista e nacionalista — [que visava] a conquistar democraticamente o governo”. Em março de 1982, aceitando convite feito pelo presidente Figueiredo, Magalhães Pinto ingressou no PDS. Magalhães candidatou-se no pleito de novembro de 1982 à Câmara dos Deputados na legenda do PDS, sendo mais uma vez eleito. Reconhecendo a autenticidade das reivindicações em prol do restabelecimento das eleições diretas para presidente da República, Magalhães Pinto deu, em março de 1984, um longo depoimento ao Jornal do Brasil, em que admitia o esgotamento do regime militar e convocava as lideranças nacionais para a realização de um “pacto de transição institucional”. Pela proposta de Magalhães, o entendimento nacional deveria ser conduzido pelo Presidente Figueiredo. Rejeitadas as diretas e confirmado o Colégio Eleitoral previsto para janeiro de 1985, o quadro sucessório progressivamente foi se definindo. Em agosto de 1984, a oposição sancionou o nome de Tancredo Neves, lançado candidato à presidência pela Aliança Democrática, coligação que uniu o PMDB à Frente Liberal — uma dissidência liderada por Aureliano Chaves no interior do PDS. No Colégio Eleitoral de 15 de janeiro de 1985, Magalhães Pinto votou em Tancredo Neves, seu antigo adversário político que, confirmando todas as expectativas, elegeu-se presidente da República após 21 anos de regime militar. Esta votação representou a última ação política da carreira de Magalhães, pois foi acometido por um derrame cerebral, obrigando-o a afastar-se da Câmara em abril daquele ano. Fonte: PINTO, Magalhães (Verbete). In: Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro. Rio de Janeiro: CPDOC / Fundação Getúlio Vargas. Não paginado. Disponível em: <<http://cpdoc.fgv.br/acervo/dhbb>>. Acesso em: 16 jun. 2014.

**ECP** – Como foi, Professor Vicente, essa interação entre o aluno e o professor – a princípio na graduação e depois na pós-graduação?

**VPM** – O Professor gostava de quem trabalhava, de quem se dedicava ao estudo. E, naturalmente, ele gostava de quem gostava mais do Direito Administrativo. Lembro-me que quando conversei pela primeira com ele sobre o tema da minha tese de doutorado – parece que era um tema de Direito Constitucional – ele me aconselhou a mudar para o Direito Administrativo. Isso é natural. O professor tende a dedicar mais atenção ao aluno que dedica mais atenção a ele e à disciplina que ensina. Sempre considerei o Direito Administrativo um Direito muito árido. Ele é muito importante como instrumento jurídico. Muitas pessoas não sabem, mas, muitas vezes, o Direito transforma em norma jurídica aquilo que já é costume ou o que é razoável. Vamos dizer que o vizinho confinante é obrigado a pagar a metade do custo de construção do muro divisório. Isso vem do bom senso. Porém, o Direito Administrativo é um Direito de interferência na realidade, ele quer alterá-la, quer impor comportamentos. Para dar um exemplo bem simples, em uma cidade como Belo Horizonte, as pessoas constroem imóveis levando em conta um projeto urbanístico, um projeto arquitetônico. Elas submetem o projeto à Prefeitura, observam as normas de recuo, de altura, de gabarito dos prédios, etc. Isso tudo é uma interferência do Direito Administrativo porque, lá em Ouro Preto e Mariana, por exemplo, pode-se ver que quem construiu aquelas cidades fez o que quis. As casas se debruçam sobre a rua. Então vem o Direito e vai ordenando a cidade. Da mesma forma, o Direito Administrativo ordena toda a parte de relacionamento com o Poder Público, a questão do servidor, etc. O Direito Administrativo é um ramo do Direito que gera outros. Dele nasceu, por exemplo, o Direito Urbanístico, o próprio Direito Previdenciário e o Direito Ambiental. Então há uma infinidade de novos conteúdos que nasceram do Direito Administrativo. O interessante do Direito Administrativo é que ele é uma ferramenta de intervenção na conduta das pessoas, na propriedade imobiliária, etc. Ele é, por natureza, modernizador, ou seja, não se contenta com o que é, mas estabelece como deve ser. Contudo, muitas vezes, o que deve ser não está de acordo com a realidade. Tanto que muitas vezes as pessoas descumprem o Direito Administrativo. Vamos dizer que seja proibido buzinar em determinado local. A buzina de um automóvel é algo que as pessoas usam instintivamente. Às vezes há a punição por se fazer aquilo – o Direito de Trânsito também é Direito Administrativo. Quando há a sanção pecuniária as pessoas tendem a respeitar. O Professor sempre foi perfeccionista. O perfeccionista, a pessoa que gosta de fazer o melhor, tudo de boa qualidade, que busca a perfeição, é alguém que não se contenta com aquilo que é. Ela acha que aquilo precisa melhorar. Ela gosta da disciplina e tende a ser um pouco rígida. Isso é próprio daquilo que o Professor fez a vida inteira. Talvez essa rigidez possa até ser um traço da personalidade dele, mas também tinha a ver com aquilo que ele sabia e ensinava. Ele tinha uma experiência muito grande na Administração Pública, praticava o que ensinava. O Professor Paulo possuía uma experiência muito grande na Administração Pública e trazia para a sala de aula aquilo que fez durante toda a sua vida.

**ECP** – O senhor poderia destacar alguma contribuição fornecida pelo Professor Paulo Neves à sua tese de doutorado?

**VPM** – Ele fazia um trabalho de orientação *pari passu*, quer dizer, ele acompanhava o trabalho. Eu levava para ele cada trecho da tese assim que o terminava. Discutíamos direcionamentos. Quer dizer, ele participou efetivamente da construção do meu trabalho de tese. Existe uma distinção. Há professores que leem o trabalho do aluno e às vezes opinam e fazem algumas correções. O Professor Paulo Neves corrigia o português e acompanhava os seus alunos. Era por isso que as pessoas tinham tanta confiança nele. Na verdade, ele ajudava e acompanhava de perto o trabalho. Há até um aspecto a se destacar, especialmente no doutorado. Na dissertação de mestrado, o aluno escolhe um assunto e mostra que conhece aquele assunto. É uma dissertação porque se discorre sobre um tema sem, às vezes, fornecer uma contribuição pessoal, sem emitir um ponto de vista. Na tese não. O aluno precisa se arriscar, precisa construir, ainda que seja uma construção em um sentido errado. Nesse aspecto, o professor que orienta precisa respeitar a posição do aluno. Certa vez orientei uma aluna do doutorado que escrevia sobre a obrigatoriedade do Poder Público em pagar as despesas com saúde. Ela era Procuradora da Prefeitura de Juiz de Fora e achava um absurdo que, às vezes, uma pessoa custasse para o município cerca de cinquenta mil reais por mês, sendo que ele possuía deficiências na prestação do serviço público de saúde. Eu achava que ela tinha razão nesse ponto de vista. Talvez fosse necessária a criação de um fundo para atender a esta emergência. Um Juiz não tem condições de avaliar uma situação como esta melhor do que os médicos que elaboram a política de saúde de um município. Entretanto, no decorrer do trabalho, a aluna se convenceu do contrário e a respeitei. A tese dela tem o sentido do primado da vida. Então quem orienta tese de doutorado tem, às vezes, que alertar o candidato para a amplitude do trabalho, para a necessidade de aprofundamento em determinado tópico a ponto de possibilitar uma contribuição, mas não pode interferir com o ponto de vista que o doutorando defende. O doutorado é dele. Se você fizer uma análise das teses e dissertações que o Professor Paulo Neves orientou, encontrará uma multidão de temas. Ele tinha uma compreensão muito ampla do Direito Público. Era, realmente, a pessoa mais respeitada e possuía um prestígio nacional. Frequentemente ele saía daqui para participar de bancas em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia. Ele era reconhecidamente competente.

**ECP** – Quais eram, Professor Vicente, as peculiaridades da pedagogia de Paulo Neves de Carvalho? Peço que o senhor as analise por intermédio da perspectiva do aluno.

**VPM** – Havia umas coisas muito interessantes. Quando começou a nos ensinar o mandado de segurança, para a minha surpresa, o Professor trouxe para a sala de aula cem questões sobre o assunto. E, para a minha surpresa, um dia ele chegou à sala de aula e disse: “irei ensinar a vocês o mandado de segurança. Estão aqui cem questões. Colocarei na prova três destas cem questões.” Então eu disse o seguinte: “Professor, se o senhor já está dando as questões fica muito fácil”. Ele respondeu: “não fica fácil, Vicente. Quem souber responder a tudo isso que perguntei, sabe o conteúdo por inteiro.” Quer dizer, ele tinha a percepção de que o professor deve avaliar aquilo que

ensinou. Quando ensinamos em sala de aula, temos pouco tempo para transmitir as informações ao aluno. O papel de quem ministra aulas expositivas, como fazemos nas Faculdades de Direito, é o de traçar aquelas coisas essenciais, atrair a atenção do aluno, porque, geralmente, os conteúdos são muito mais abrangentes. Então é importante que o aluno vá aos livros e estude. Quando ele trouxe aquelas cem questões, certamente não teve tempo para abordar todos os detalhes do tema. Sem dúvida, ele esperava que o aluno fosse estudar nos manuais. A aula dele era uma aula de estímulo. Ele tinha uma posição muito firme com as questões. Era muito cuidadoso nos conceitos e muito assíduo. O Professor dava aulas aos sábados. O que eu me lembro dele na graduação era aquela presença. Não faltava. Não adoecia. Estava sempre ali trabalhando. Era um professor muito cuidadoso com os horários. Era um bom professor, como todos devemos ser. Enfim, ele respeitava o aluno. Imagine que já é deseducado se atrasar a um encontro com uma pessoa qualquer. Pior ainda é chegar atrasado ou não comparecer a uma classe de cinquenta alunos. É um desastre total. Além da confusão que provoca nas turmas ao lado. Paulo Neves era muito presente. Era pontual e assíduo. Ele gostava do que fazia. Não sei se fui um bom professor, mas eu sentia prazer em lecionar. Acho que é um privilégio ficar à frente de alunos e transmitir a eles um pouco de nós. No fundo não transmitimos apenas conteúdo, transmitimos um modo de ver as coisas. Repercutimos as nossas percepções. Uma vez o Professor me ensinou algo de que nunca me esqueci. Ele disse: “Vicente, há uma diferença muito grande entre informar, ensinar e educar. A informação se adquire em livros, revistas, etc. Ensinar tem a ver com transmissão das informações a partir de apropriações e do destaque conferido a algum aspecto que mereça mais exame. Já educar, Vicente, é mais do que ensinar. A palavra educar vem de *ducto*, que, no latim, significa tubo. Portanto, educar é moldar o outro”. Isso aconteceu comigo em relação ao Professor Paulo. Ele ajudou a formar a minha personalidade. Ele transmitia valores. Queríamos nos parecer com ele e, por consequência, nos amoldamos. Quando somos crianças, namoramos as professoras, quer dizer, nos interessamos por elas e gostamos de imitá-las. Portanto, o professor precisa ser uma boa referência, uma referência que mereça ser imitada. O Professor Paulo era uma boa referência. Ele demonstrava um amor pela Administração Pública e uma preocupação com o servidor, no sentido de que ele é quem faz as coisas funcionarem. Às vezes nos esquecemos disso. Esta Escola de Governo e o seu Curso de Administração Pública são fundamentais para o país, porque é somente formando as pessoas que poderemos transformar os governos e a Administração Pública. O grande investimento que se pode fazer é com a formação. Certa vez estudei o quanto se gasta na França com a formação dos servidores. É uma soma astronômica. O Estado francês é tão cuidadoso com a formação dos seus agentes que ele precisa criar políticas paralelas para evitar que eles saiam do poder público. O setor privado passa a se interessar pelos servidores públicos que o Estado preparou. Passa a assediá-los com salários maiores e os levam embora. Nesse sentido, surge a necessidade de conferir certas regalias ao servidor que não existem no setor privado, como, por exemplo, uma certa estabilidade, uma garantia contra a dispensa injusta, haja vista que, em um regime democrático, os dirigentes estão sempre mudando, são sempre eventuais. O Professor Paulo Neves valorizava muito o investimento em formação. Ele saía pelo interior ensinando.

Lembro-me que, no início, eu andava muito com ele aos sábados e visitávamos várias cidades. Eu ia dirigindo. Era o dia inteiro de aula para Vereadores. Aquilo começava pela manhã e enchia as salas, inclusive com Vereadores das cidades vizinhas. Como geralmente as pessoas comem muito durante o almoço, muitas delas morriam de sono durante o período da tarde, mas o Professor ficava lá falando e gesticulando, cheio de energia. Aquilo era inacreditável. Ele era uma figura incrível.

**ECP** – Em que medida esta pedagogia do Professor Paulo Neves era singular se comparada àquela dos seus colegas de docência à época em que o senhor foi seu aluno?

**VPM** – Cada professor tinha a sua característica. Acho que o magistério tem muito disso. Há professores que não olham para os alunos. Outros se consideram grandes autoridades. Tínhamos professores extremante vaidosos, que se julgavam os maiores. O Professor Paulo Neves não. Ele conversava conosco e sempre nos dizia: “olhem, eu aprendo muito com vocês”. Veja bem, ele, que já era doutor e tinha uma experiência muito grande, nos dizia isso. Tive outros bons professores, mas Paulo Neves era especial nesse sentido. Outra coisa que não posso deixar de dizer: ele sabia os nomes de todos os alunos. Interessava-se por coisas pessoais deles. Perguntava os nomes dos filhos, os nomes das esposas. Às vezes algum aluno confidenciava a ele coisas pessoais também. Quer dizer, ele tinha o hábito de não tratar o aluno como aluno, mas como uma pessoa especial. Esse é um dado interessante que convém registrar. Às vezes ele passava a conhecer os pais dos seus alunos. Quer dizer, ele não era um professor que olhava os alunos de cima para baixo e ia embora. Depois das aulas, ele continuava conversando, perguntava como estava a mãe, o pai. Até confidências de namoros ele ouvia. [Risos] Isso é difícil de imitar. Eu, por exemplo, tenho dificuldade para guardar nomes de pessoas. Paulo Neves prestava atenção nos alunos. Às vezes o Professor nota o aluno, mas não se manifesta. Vou contar algo que aconteceu comigo. Isso é até um defeito. O professor deve procurar alcançar o aluno mais deficiente para ajuda-lo mais, mas, geralmente, damos mais atenção ao bom aluno. Tive uma turma específica na Católica da qual me lembro de apenas duas alunas, sendo que uma era notável. Costumo lembrar o caso dessa menina, que se chamava Josefa, uma moça muito bonita. Ela foi muito mal em uma prova, mas era uma excelente aluna. Então não dei a nota pela prova que ela fez, mas pelo que ela mereceu durante o curso. Cito este exemplo para mostrar que, muitas vezes, as nossas medidas de avaliação são inadequadas. Pode ser que a pessoa esteja com algum problema na vida pessoal, não é? Tendemos a lembrar dos bons alunos, mas Paulo Neves se lembrava de todo mundo. Ele tinha essa interação diferente com o aluno, que é algo raro de ser ver.

**ECP** – Professor Vicente, pretendo retroceder um pouco no tempo, para uma época em que o senhor ainda não havia conhecido o Professor Paulo Neves. Um período da trajetória dele que nos é particularmente obscuro é aquele em que ele esteve nos Estados Unidos para os seus estudos de pós-graduação. O senhor teria algo a dizer a respeito? Ele lhe relatou algo dessa época?

**VPM** – Não sei de quase nada sobre isso. A lembrança que tenho é a de que ele tinha muito apreço pela experiência acadêmica que teve nos Estados Unidos. Ele estudou na Califórnia, me parece.

**ECP** – Isso. Na Universidade da Califórnia do Sul.

**VPM** – Essas universidades norte-americanas tem uma tradição de qualidade. Parece que ele ensinou lá também.

**ECP** – Sim. Ele lecionou lá por um tempo, mas logo resolveu retornar.

**VPM** – Ele gostava muito do Brasil e também via que aqui tinha futuro e uma missão, não é? Mas é isso de que me lembro. Às vezes em sala de aula ele falava sobre uma ou outra experiência. Sei que ele deixou alguns vínculos lá.

**ECP** – O senhor por acaso percebe alguma influência que ele possa ter trazido dos Estados Unidos?

**VPM** – Pode ser que ele tenha trazido para a sala de aula aquilo que vivenciou lá, onde há bastante disciplina e bastante rigor. Isso faz parte da tradição deles. Eles cobram muito estudo e dedicação dos alunos.

**ECP** – Pouco tempo após retornar ao Brasil, o Professor Paulo Neves assumiu o Departamento de Administração da Prefeitura de Belo Horizonte. Ele permaneceu neste cargo entre 1955 a 1959 e realizou uma reforma administrativa formidável. O senhor se recorda de algum relato do Professor a respeito disso?

**VPM** – O Prefeito era amigo dele, não é?

**ECP** – Sim. O Prefeito era o Celso Mello de Azevedo<sup>2</sup>.

**VPM** – O Prefeito deu a ele carta branca para fazer essa reforma.

---

<sup>2</sup> **Celso Mello de Azevedo (1915-2004)**. Natural de Belo Horizonte (MG), Celso Mello de Azevedo formou-se em 1940, pela Escola de Engenharia da Universidade de Minas Gerais. Foi engenheiro de duas construtoras e fundou a firma Melo de Azevedo e Cia, mais tarde Construtora Melo de Azevedo, da qual foi Presidente. Presidiu também a fábrica de tratores Deutz – Minas, a Industrial Café do Brasil (Socafé), a Rádio Jornal de Minas e o jornal O Diário de Belo Horizonte. Integrou a diretoria do Banco Agrícola de Minas Gerais e foi auxiliar de fiscalização de calçamento, auxiliar de serviços de primeira classe do Laboratório de Saneamento, fiscal de posturas e topógrafo da Planta Cadastral. Em janeiro de 1955, foi eleito Prefeito de Belo Horizonte pela coligação partidária UDN-PR-PDC-PTN-PL com mais de 51 mil votos. Durante sua gestão, entre outros feitos, presidiu a Associação Brasileira de Municípios e a Associação Mineira de Municípios, assinou convênio com o Governo do Estado referente ao crédito para a conclusão do Teatro Municipal, criou novas linhas de ônibus elétricos, transferiu a Biblioteca Municipal para o edifício Alcazan, criou, no antigo Cassino da Pampulha, o Museu de Arte de Belo Horizonte e inaugurou a avenida ligando o Barreiro à Cidade Industrial. Esteve no cargo até janeiro de 1959. Após sua saída da Prefeitura, Mello de Azevedo foi ainda Presidente das Centrais Elétricas de Minas Gerais (Cemig), Secretário de Desenvolvimento Econômico de Minas Gerais, Presidente da Companhia de Distritos Industriais de Minas Gerais, Secretário estadual de Obras Públicas e provedor da Santa Casa de Misericórdia de Belo Horizonte. Fonte: Prefeitos de Belo Horizonte 1897-1997 / Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte.

**ECP** – O Professor comentou algo a respeito?

**VPM** – Ele sempre comentava a experiência de arrumação da Prefeitura. Há uma coisa sobre a qual sempre devemos falar: se há uma estrutura de governo desorganizada, mal ou pobremente assessorada, se existe um setor onde há despreparo e amorismo, este é o âmbito do município. E por quê? Os Prefeitos, geralmente, não tem conhecimento daquilo. Se você perguntar a alguns Prefeitos o que é Prefeitura e o que é Município, muitos não saberão distinguir. Ele é o líder da comunidade, mas, à vezes, é um médico, um fazendeiro, um advogado. Então, o Professor Paulo, aqui em Belo Horizonte, na época do Celso Mello, fez uma arrumação geral. Porém, isso não é do meu tempo. Isso é algo bem anterior ao meu contato com ele. Talvez tenha sido aí – e esse é um dado interessante – que ele tenha adquirido gosto pela administração municipal. Aquele foi um contexto em que ele tinha poder. O Prefeito dava a ele toda a autoridade em um tempo em que a política talvez fosse muito mais forte. Hoje os governos já aceitam mais o papel do técnico. Aceitam as orientações técnicas, os controles, a obediência a procedimentos. Então só posso imaginar as dificuldades que ele teve naquele momento para imprimir um tipo de ordem em uma situação de muita desordem.

**ECP** – Seguindo a trajetória da vida pública do Professor Paulo Neves, ele foi também o Secretário de Administração do Estado de Minas Gerais durante a gestão do Governador Magalhães Pinto...

**VPM** – Foi ele quem criou a Secretaria de Administração.

**ECP** – Exato. Antes havia o Departamento Geral de Administração – DAG<sup>3</sup>, que ainda seguia o modelo “daspiano” de Administração.

**VPM** – Exatamente. Isso mesmo.

**ECP** – A reforma administrativa que o Professor Paulo Neves empreendeu teve basicamente duas fases. Em um primeiro momento ele reestruturou a organização básica do Poder Executivo, com a lei 2.877, de 1963, inclusive com a criação da Secretaria de Administração. Em seguida, o Professor elaborou e levou a efeito a lei 3.214, de 1964, que dizia respeito à área de pessoal, uma lei muito significativa.

**VPM** – Essa foi uma lei muito importante, fundamental.

**ECP** – O senhor se recorda de algum relato do Professor sobre esta reforma?

**VPM** – O Professor fez um trabalho que desagradou a muitas pessoas. Tanto que alguns jornalistas não gostavam dele. Lembro-me que havia um jornal em Belo Horizonte que não publicava o seu nome. Quando se referia a ele, o jornal grafava assim: “Pula” Neves de Carvalho, Paulo Neves de “Corvalho”... Sempre havia um erro no nome dele. E por quê? Porque ele desagradou alguns jornalistas que sempre tiveram influência nos governos. A lei 3.214 foi um trabalho de arrumação da Administração Pública estadual

---

<sup>3</sup> Departamento de Administração Geral.

em que ele empregou conhecimentos que adquiriu nos Estados Unidos nessa parte de organização de pessoal. Ele definiu com clareza as funções e as atribuições dos cargos. Estabeleceu os níveis de escolaridade e as tabelas remuneratórias. Até hoje – às vezes participo de trabalhos junto a municípios – muitos Prefeitos fixam as remunerações como querem. O salário é mínimo, por exemplo, mas dão gratificações de até cem por cento, o que hoje é inconstitucional. Atualmente a Constituição diz que a lei define o valor que se paga ao servidor a qualquer título. Apesar disso, ainda há Prefeituras do interior de Minas Gerais onde existem gratificações de função estabelecidas pelo Prefeito. Então ele dá a um motorista 50% de gratificação, a outro 60% e a outro 70%, quer dizer, não há critério. O Professor introduziu as tabelas remuneratórias, os quadros, as distinções mais adequadas entre cargo em comissão e cargo de carreira de provimento efetivo. Aquilo foi um começo. Não sei qual foi o tema da tese de doutorado que o Professor escreveu nos Estados Unidos, mas sei que ele forneceu uma grande contribuição nessa área de organização de pessoal. O Meira deve ter lhe contado algo sobre esse trabalho, pois ele participou daquilo.

**ECP** – De fato. O Dr. Efigênio Meira nos deu um testemunho muito interessante sobre aquele período. A propósito, durante a elaboração e implantação dos dispositivos da lei 3.214, o Professor Paulo Neves agregou muito da sua experiência na Prefeitura de Belo Horizonte porque havia realizado algo parecido lá com apoio técnico norte-americano.

**VPM** – Exatamente. Acabei de dizer que Paulo Neves criou a Secretaria de Estado de Administração, não é? Essas pessoas como Paulo Neves, como Celso Furtado, que propôs a criação da SUDENE<sup>4</sup>, são pessoas tão diferentes e tão notáveis que, às vezes, o governo cria um órgão para elas. O governo cria o modelo que elas querem. Neste caso, DASP<sup>5</sup>, DAG e Secretaria de Administração sempre tiveram uma ascendência sobre as demais secretarias, exceto a da Fazenda. Então, a lei 3.214 foi um marco importante na história do Direito Administrativo de pessoal no Brasil. Aquele foi um grande trabalho.

**ECP** – Professor Vicente, à época em que Paulo Neves era o Secretário de Estado de Administração de Minas Gerais, aconteceu o golpe de estado promovido pelo movimento civil-militar de 1964. O senhor teria condições de dizer se o Professor Paulo Neves chegou a comentar algo a respeito da reação que ele teve frente ao episódio?

**VPM** – Não notei nele nem preferência e nem antipatia pelo regime. Acho que o Professor dava mais valor à qualidade da administração do que propriamente à orientação política do governo. Naturalmente que, quando começaram a surgir os desvios, as perseguições, as torturas, isto é, quando o regime tornou-se realmente autoritário, as pessoas começaram a enxergá-lo de maneira diferente. Inicialmente o regime era paparicado pela imprensa e pela população. As pessoas saíam na rua em passeata. Tiravam alianças e joias de ouro e doavam para o movimento. Porém, nunca

---

<sup>4</sup> Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste.

<sup>5</sup> Departamento Administrativo do Serviço Público, órgão do Governo Federal brasileiro, criado pelo decreto-lei nº 579, de 30 de julho de 1938, durante o governo de Getúlio Vargas, no período do Estado Novo, e extinto pelo Decreto nº 93.211, de 3 de setembro de 1986.

ouvi o Professor fazer qualquer comentário, a não ser ao criticar aquela fase mais negra do regime. Não percebi nenhuma manifestação dele elogiando ou criticando o regime em seu início. De uma maneira geral, as pessoas tinham uma percepção de que o Brasil precisava passar por aquilo naquele momento. Essa não era a minha percepção. Aliás, eu não tinha percepção alguma, pois estava apenas começando. 1964 foi o ano em que entrei para a Faculdade de Direito. Eu era um menino. Nessa fase da vida a gente acha que sabe muito, mas não sabe nada. Fui para a rua, levei pancadas da polícia, fiquei preso na Faculdade e na Assembleia Legislativa. Tive muito medo de sofrer alguma coisa mais grave. Havia alguns professores nossos que manifestavam clara oposição ao regime. Um desses era o Washington Albino, professor de Economia. Ele era bem crítico do regime. Outros depois pagaram na carne, sofreram perseguição. Já no Professor Paulo não notei nenhuma coloração. Bom, ele deve ter apoiado o que foi bom e criticado o que foi ruim.

**ECP** – Foi também nesse contexto que o Professor Paulo Neves recebeu o convite do Presidente Castelo Branco para dirigir o DASP. O senhor tem algo a comentar a respeito disso?

**VPM** – O Professor Paulo contava muitos casos. Um bom professor faz isso. Ele disse que, àquela época, o telefone tocou na Secretaria de Administração e alguém lhe disse: “Professor, o Presidente Castelo Branco quer falar com o senhor.” Ele achou que fosse uma brincadeira e deixou o telefone fora do gancho por um tempão. Depois ele pegou o telefone e ouviu: “Alô. Professor Paulo? Aqui é o Presidente Castelo Branco”. Ele deixou o Presidente esperando! Não era nem uma secretária que estava fazendo a ligação, como é mais comum. Era o próprio Castelo Branco. Ele nos contava isso. E ele não aceitou o convite. Se fosse uma pessoa apegada ao poder, teria aceitado. No entanto, ele estava empenhado em fazer no Estado de Minas Gerais aquilo que ele havia feito na Prefeitura de Belo Horizonte. O Governador Magalhães Pinto apoiou o golpe, não é? Ele era um dos porta-vozes civis do regime. Naturalmente, o Professor achava que valia à pena investir em Minas Gerais. Ele também foi convidado para fazer uma reforma administrativa no Irã.

**ECP** – Exato. Isso, Professor, é algo que eu iria abordar logo em seguida. Salvo engano meu, este convite aconteceu um pouco antes, quando o Professor Paulo Neves ficou em evidência em função da reforma administrativa realizada na Prefeitura de Belo Horizonte. Temos, no acervo do Núcleo de Referência, alguns recortes de jornais daquela época que confirmam que ele recusou um convite para assumir um cargo significativo na ONU após o trabalho na Prefeitura, isto é, entre o final de 1959 e início de 1960. Até onde tenho notícia, aquele trabalho no Irã seria realizado por intermédio da ONU. Aliás, foi também àquela época que o Professor recusou cargos oferecidos pela FERROBRAS e NOVACAP<sup>6</sup>. Tudo indica que o seu trabalho na Prefeitura conferiu-lhe muito destaque.

---

<sup>6</sup> Companhia Urbanizadora da Nova Capital do Brasil.

**VPM** – Posso estar enganado, mas, na minha percepção, esse prestígio pessoal do Professor Paulo talvez tenha recebido muita influência da passagem dele pelos cursos que fez nos Estados Unidos. Ele se destacou, se mostrou uma pessoa incomum e, naturalmente, os professores de lá fizeram uma boa referência a ele para o Xá do Irã, que, à época, chamava-se Pérsia, não é?

**ECP** – O Professor chegou a comentar algo a respeito deste convite?

**VPM** – Comentou, mas não fez juízo de valor, pelo que me lembro. Naturalmente, ele achava que valia mais à pena investir em Minas Gerais.

**ECP** – O senhor teria condições de dizer algo a sobre a visão do Professor Paulo Neves em relação à Administração Pública praticada durante o Regime Militar?

**VPM** – Francamente, não me lembro. Pouco conversávamos sobre política. O Professor cultuava, sobretudo, a ética na Administração. No ocaso do período “revolucionário”, quando começaram a surgir na imprensa as primeiras críticas ao regime, também começaram a ser mostradas algumas fraudes, casos de corrupção, etc. O Professor foi Secretário de Estado na gestão do Governador Magalhães Pinto que, como se sabe, apoiou a “Revolução”.

**ECP** – Passemos agora, Professor Vicente, ao processo de redemocratização do Brasil ocorrido entre 1985 e 1988 que, em linhas gerais, consolidou o despertar da sociedade civil. Um pouco antes, o regime militar havia sido surpreendido por uma série de derrotas eleitorais e houve também o movimento pelas eleições diretas que acabou derrotado no Congresso Nacional. No entanto, apesar da reação da sociedade brasileira, a transição acabou, em síntese, sendo tutelada pelos militares por meio das eleições indiretas para a Presidência e da lei da Anistia, que foi uma iniciativa unilateral. Por fim, a redemocratização foi coroada pelo processo constituinte de 1986-1988. O senhor se recorda de alguma opinião do Professor Paulo Neves sobre este processo de constituinte?

**VPM** – Fazíamos discussões na Faculdade sobre os temas que foram surgindo na Constituinte, especialmente sobre a parte da Constituição de 1988 que trata da Administração Pública. Aliás, aquela foi a primeira vez que uma constituinte tratou do assunto. A gente levava isso muito para discussão na sala de aula, especialmente na pós-graduação. Na pós-graduação o Professor Paulo não dava aulas, mas promovia debates. Esses aconteciam até na biblioteca da Faculdade, às vezes. Não sei até que ponto o Professor possa ter influenciado as pessoas lá em Brasília. Talvez tenha sido menos do que a gente imagina, mas provavelmente influenciou de algum modo. Como ele sempre teve um prestígio nacional, os assuntos devem ter sido levados aos congressos de Direito. Vários temas foram tratados nesses congressos, especialmente em um congresso de Direito Administrativo que se realizou em Canela ou no Rio de Janeiro, não me lembro ao certo. Vários temas foram tratados ali. Temos que perceber que as leis, especialmente as leis maiores, como as leis complementares e as constituições, são

frutos de uma grande negociação. Não é aquilo que queremos que consta no texto, mas aquilo que a sociedade admite.

**ECP** – A propósito, Professor, vale salientar que o processo constituinte de 1986-1988 foi bastante singular, pois fomentou uma discussão que não se limitou à casa legislativa, mas envolveu vários segmentos da sociedade.

**VPM** – É verdade. E foi um processo que demorou muito. Notei, àquela época, que as pessoas se queixavam que não se produzia um texto. No final houve uma certa correria para responder a esse clamor de que não se fazia nada. Havia o Ulysses Guimarães, que estava interessado no poder. Quando ele foi promulgar a Constituição, parecia que estava com os evangelhos nas mãos. Parecia que ele iria resolver os problemas do Brasil [Risos]. Só que depois mudou-se tudo, pois vieram as revisões e as emendas. Se há uma Constituição emendada neste mundo, essa é a brasileira de 1988. Hoje já temos mais de setenta emendas. O texto promulgado foi o que pôde ser feito, mas, logo em seguida, foi muito modificado. A parte sobre os servidores públicos, por exemplo, mudou muito.

**ECP** – Então, de uma maneira geral, o Professor Paulo Neves era esperançoso em relação à constituinte federal?

**VPM** – Era sim. Ele ficou muito entusiasmando na época com essa possibilidade. O que tínhamos até então era a emenda constitucional nº1 à constituição de 1967, elaborada pelo regime militar. O que precisamos entender é que a lei não muda a sociedade. O que já presenciei nos processos legislativos é que são necessárias mil discussões para se mudar uma vírgula de um texto. Há, ainda, os grupos de pressão, não é? Portanto, em uma constituição, sobretudo, o que sai aprovado é o máximo que se conseguiu. Porém, nem sempre o resultado é o que deferia ter sido feito.

**ECP** – O senhor se recorda de comentários do Professor Paulo Neves a respeito da nossa atual Constituição Federal em termos de virtudes e equívocos?

**VPM** – Ele achava que havia muitas coisas programáticas e inviáveis. Ele achava que o texto manifestava muitas intenções. E foi o que se realizou, não é? Ele acreditava também que muita coisa não permaneceria no texto, como aconteceu. As pessoas precisam compreender que a lei é uma ferramenta, como um martelo, um serrote ou uma enxada, que deve atender às necessidades da sociedade. As coisas vão mudando e é preciso que haja coragem para se mudar a legislação também. O processo legislativo ordinário, assim como o constituinte, está sempre atrasado. A não ser quando se faz uma reforma administrativa que joga com uma série de conceitos e regras e tenta implementá-las. E veja que, mesmo assim, às vezes não se consegue promover a mudança. Darei um exemplo: as leis de trânsito. Quem obedece as leis de trânsito em cem por cento? Ninguém. E veja que são normas extremamente importantes porque tem a ver com as vidas e a segurança das pessoas. Ontem eu estava lendo a respeito dessa iniciativa da Prefeitura de Belo Horizonte de criar corredores exclusivos para ônibus. É impressionante como os motoristas dos carros invadem aquilo. É muito difícil que as pessoas percebam que ali está a semente de um processo que levará a uma mudança de

comportamento em relação ao uso do carro. Temos que ter essa vontade de mudar a lei, no sentido de aperfeiçoá-la. Estarei em breve com o Presidente do Tribunal de Justiça, que foi meu aluno e do Professor Paulo, o Dr. Pedro Bittencourt, para levar a ele uma ideia que tenho há muito tempo, que é a de se criar no Tribunal de Justiça um órgão para destacar aqueles problemas que resultam da má redação ou da omissão das leis ou mesmo daquilo que não devia haver nelas. Dito de outro modo, o juiz, que diariamente se depara com o conflito entre as pessoas e ouve os argumentos de todas as partes é talvez a pessoa mais apropriada para identificar os defeitos da norma. Ele pode até não ter condições de oferecer a solução, mas se puder identificar e relatar os defeitos para que houvesse uma discussão mais ampla na academia, nos congressos, seria uma contribuição para o Direito. O que acontece, na realidade, é que ficam remoendo aquilo, pisando naqueles defeitos da lei que se repetem a toda hora e que ninguém soluciona. Isso acontece porque é difícil de se mudar a lei, talvez até pela incapacidade técnica dos nossos representantes.

**ECP** – O fato é que muitos representantes não têm condições de legislar, não é mesmo, Professor?

**VPM** – Não têm. Eles são líderes. É nisso que reside a autoridade da participação dos legisladores, mas, muitas vezes, a contribuição técnica deles é muito pequena ou nenhuma. Precisamos pensar sobre quem legisla nesse país hoje.

**ECP** – Acaba sendo o Poder Executivo, infelizmente.

**VPM** – Geralmente é o Poder Executivo. As iniciativas mais relevantes são sempre provenientes do Poder Executivo. Sempre. Certa vez fiz uma pesquisa aqui em Minas Gerais. Houve um ano em que a Assembleia Legislativa aprovou onze leis propriamente ditas. Distinguimos a lei formal da lei material. Dentre as leis materiais, havia onze. Dessas onze leis, oito eram de iniciativa do Executivo. Quer dizer, o envolvimento do parlamentar é muito pequeno. Às vezes, aquilo que o legislativo produz é uma coisinha, um assunto de pouca importância. O legislador, via de regra, não tem condições de resolver os grandes problemas, as grandes questões. Não se pode tirar dele o que ele não tem. Não estou falando mal dos legisladores. Essas pessoas são líderes das suas comunidades e precisamos respeitá-las. Porém, o fato concreto é que, no Brasil, falta Poder Legislativo e sobra Poder Judiciário, não é? Atualmente o Poder Judiciário está em uma fase de ativismo. Hoje mesmo saiu um parecer sobre o nepotismo. O Supremo Tribunal Federal baixou uma súmula vinculante que praticamente discrimina os parentes. Claro que não é correto favorecer o parente, mas também não se deve discriminá-lo. Você pode ter um parente que é muito competente e que você gostaria de nomeá-lo. O problema a que me refiro não tem a ver com o impedimento à nomeação do parente. A questão é que agora não se pode nomear um parente de alguém que ocupe um cargo em comissão. A súmula é um texto de uma só oração. É uma regra bem sintética. Só por ser sintética ela já tem defeitos. Não é uma norma que comporte exceções, parágrafos e explicações. A lei faz isso. A lei tem um texto com capítulos. A

súmula não. Então, hoje, na falta de uma atividade legislativa mais eficiente, o Judiciário entra no meio e baixa as súmulas.

**ECP** – Professor Vicente, outro capítulo importante da trajetória de Paulo Neves de Carvalho diz respeito à sua participação no processo constituinte mineiro de 1988-1989. Em seu entendimento, quais foram as principais contribuições de Paulo Neves para o texto constitucional mineiro?

**VPM** – Mais uma vez, seu papel foi fundamental. Pode-se dizer mesmo que todo o texto constitucional passou por sua revisão, inclusive no aspecto redacional. Mas sua grande contribuição foi na construção da Seção IV do Capítulo I – “Da Administração Pública”. Ao ler o art. 13 encontramos Paulo Neves, quando ele diz: “A atividade de administração pública dos Poderes do Estado e a de entidade descentralizada se sujeitarão aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e razoabilidade”. Paulo Neves nos ensinou a distinguir “Administração Pública” com as iniciais maiúsculas, de “atividade de administração pública”, com minúsculas, também encontrada nos demais Poderes do Estado. Coube a ele, particularmente, desenhar a forma de apurar moralidade e razoabilidade, “para o efeito de controle e invalidação”, “em face dos dados objetivos de cada caso”. Vale notar que ele deixou claro os objetos da apuração, pois redigiu: “em face dos dados **objetivos** de cada caso”. Num tempo, como agora, em que a maledicência tomou conta da política; em que ao invés de se presumir inocência, o acusado é obrigado a prová-la, não foi sem propósito a parte final do § 1º do art. 13. Ele também não se esqueceu de obrigar o agente público a motivar o seu ato, “explicitando-lhe o fundamento legal, o fático e a finalidade”<sup>7</sup>. Isso 10 anos antes da Lei federal nº 9.784, de 1999, que tratou do processo administrativo na Administração Federal. Paulo Neves foi muito além, ao definir com clareza os entes integrantes da administração indireta, já mencionando a “função pública”; e fazendo a distinção entre “autarquia de serviço” e “autarquia territorial”. Coube a ele mencionar o “órgão autônomo”; a organização em sistemas, “principalmente a de planejamento, a de finanças e a de administração”<sup>8</sup>. De fato, essas importantes funções do Estado não funcionariam bem se não se organizassem em sistemas. Paulo Neves avançou muito – antecipando a lei nº 8.666, de 1993, quando fixou, no § 1º do art. 15 da Constituição, os princípios, entre outros, da “isonomia, publicidade, probidade administrativa, vinculação ao instrumento convocatório e julgamento objetivo” – nas licitações. Ficaríamos aqui todo o tempo para destacar a contribuição de Paulo Neves na Constituinte Mineira de 1989. Quem gosta de Direito Administrativo se lembrará de Paulo Neves ao ler a Constituição Mineira. Mas o Professor sabia muito bem que elaborar uma constituição é negociar e saber se contentar com o possível. Ah! Não poderíamos esquecer de seus colaboradores mais diretos, como os Professores Maria Coeli, Júlio Esteves e Antônio Anastasia – além de muitos outros, de cujos nomes não me lembro agora. Paulo Neves gostava de conversar com os seus discípulos, dos quais – dizia – aprendia também.

---

<sup>7</sup> Art. 13, § 2º.

<sup>8</sup> Art. 14 § 2º.

**ECP** – O que a inserção do Princípio da Razoabilidade na Constituição mineira de 1989 representou para a Administração Pública mineira e brasileira?

**VPM** – Seguramente, muito, não apenas porque outros estados seguiram o exemplo, como também porque este princípio deixou o mundo acadêmico para tornar-se norma jurídica. É importante destacar que o Professor explicitou na Constituição estadual muito claramente, no que diz respeito à razoabilidade do ato administrativo, como apurar cada caso em face dos dados objetivos. Naturalmente, ele já havia percebido – assim como a academia como um todo – que razoabilidade e moralidade são conceitos que facilitam muito o subjetivismo. Em Direito não temos que “achar” as coisas. Quem estabelece os preceitos é o legislador. Sinceramente, quando leio a Constituição mineira, vejo a mão do Professor até em outros trechos além daquele dedicado à Administração Pública. Há no texto um cuidado muito grande com a redação. O Professor era uma pessoa muito cuidadosa com a redação. Era grande conhecedor da língua portuguesa, do Latim e da etimologia das palavras. O Relator da constituinte, Deputado Bonifácio Mourão, respeitava e confiava muito no Professor Paulo Neves. É interessante notar que aquele momento representou a sua atuação como legislador, embora sem a autoridade de legislar. A presença do Professor no texto constitucional é bastante evidente. Aquele foi, de fato, um momento muito importante.

**ECP** – O Professor Paulo Neves de Carvalho também contribuiu consideravelmente para os processos de elaboração das Leis Orgânicas de alguns municípios mineiros, a ponto de podermos identificar um “modelo Paulo Neves de Leis Orgânicas”. Em que medida este “modelo” se distingue daquele do IBAM<sup>9</sup>?

**VPM** – Eu não saberia especificar todas as distinções, mas, em Minas, Paulo Neves introduziu nas Leis Orgânicas municipais sua inigualável experiência como administrador público e como municipalista maior. Podemos identificar sua autoria na qualidade da construção dos textos, no cuidado com a construção das atribuições dos Prefeitos e Câmaras, etc. Na realidade, o Professor tinha o hábito de fazer a “roupa” certa, ou seja, ele não fez, como o IBAM, um modelo de Lei Orgânica. Ele fazia uma Lei Orgânica para cada município. Contribuiu também com muitos conteúdos novos que não constavam no modelo do IBAM. O Professor foi além daquele modelo. Ele colocou a mão na massa e ajudou a construir as Leis Orgânicas participando ativamente. Ele conhecia bem o nível de discernimento dos agentes políticos e servidores municipais. Nesse ponto, o Professor realizou um trabalho notável, embora, às vezes, com um padrão de complexidade acima da compreensão dos agentes locais. Um dos papéis da legislação é o de transformar. O Professor queria que as Leis Orgânicas fossem instrumentos de transformação da realidade – para melhor, o que é próprio das normas de Direito Público, não é?

**ECP** – Professor Vicente, logo após o processo constituinte de 1988-1989 houve a nossa primeira eleição direta para Presidente da República desde 1960. Na ocasião, Fernando Collor de Melo foi eleito Presidente. Naquele momento já se ensaiaram

---

<sup>9</sup> Instituto Brasileiro de Administração Municipal.

algumas reformas do Estado. Houve, contudo, uma inflexão controvertida no Governo Federal em relação ao servidor público, no sentido de que esse passou a ser visto como inimigo da ordem pública. O senhor se recorda de algum comentário ou posição do Professor Paulo Neves em relação a isso?

**VPM** – O Professor criticava muito isso. Quando eu trabalhava aqui na Fundação João Pinheiro, talvez pela minha posição de Diretor do CDA, me puseram em uma comissão nacional que trabalhava em sigilo para elaborar algumas propostas para o Governo federal que iria se iniciar. Na época todos pensávamos que o Tancredo Neves seria o novo Presidente. Eu era o representante de Minas Gerais e não o Professor Paulo. Deveria ter sido ele, que era muito mais capaz do que eu. Nessa comissão elaboramos algumas propostas interessantes: um estatuto dos servidores novo, a instituição de um plano de carreira, ou seja, uma série de propostas pontuais. Devem ter sido umas onze ou doze propostas. Eu ia à Brasília todas as semanas para as reuniões. Ia gente do Brasil inteiro. Quem coordenava aquele trabalho era um professor do Rio de Janeiro – de quem não me recordo o nome – que foi Diretor-Geral do DASP. Este homem era muito competente, porém já muito idoso e irritadiço. Ele ficava uma fera quando se esqueciam de fazer as reservas de hotel ou qualquer outra coisa do gênero. Por fim, ele se afastou. Daí veio a eleição indireta em que o Tancredo Neves foi eleito Presidente do Brasil. No entanto, como sabemos, ele faleceu antes da posse e assumiu o José Sarney. O Ministro da Administração do Presidente Sarney, que era o Aluizio Alves, deu prosseguimento a alguns trabalhos importantes da comissão, inclusive o plano de carreira e o estatuto novo. Mas era difícil fazer um estatuto novo. Era uma coisa muito nova. Eu era até o coordenador deste trabalho. Tentávamos criar uma consolidação da legislação de pessoal, o que nos aproximaria um pouco do regime privado. Em alguns países da Europa, já não existe mais estatuto do servidor público, mas um regime geral. Quando a Constituição Federal de 1988 estava prestes a ser promulgada, parece que pediram para que o Presidente não baixasse mais medidas provisórias. Ele fez um acordo com o Congresso Nacional. Então os projetos de plano de carreira e de estatuto, que estavam prontos, não se tornaram medidas provisórias. Em seguida, não sei por que motivo, o Ministro se desentendeu com o Sarney e deixou o cargo. Eu saí daquela comissão em seguida. Pouco tempo antes disso, o Ministro até me convidou para ser Diretor de uma fundação chamada FUNCEP que havia em Brasília. Eu disse a ele que tinha muitos vínculos em Belo Horizonte, disse que era professor da UFMG, que era do Conselho de Educação, que estava vinculado à Faculdade Milton Campos, que estava na Fundação João Pinheiro, que tinha casa e família aqui, etc. Disse a ele também que aquele cargo na FUNCEP seria algo passageiro e que na falta dele eu seria exonerado. Dito e feito. Pouco tempo depois ele pediu demissão. No início de 1990, o Fernando Collor tomou posse e veio arrasando, não é? Ele trouxe aquela Ministra Zélia Cardoso que era impressionante. Achavam que podiam que fazer tudo.

**ECP** – E quanto à hostilidade em relação aos servidores públicos?

**VPM** – Sempre repudiei muito isso. Temos que admitir que existem muitos privilégios no serviço público. Porém, como disse há pouco, há alguns privilégios e garantias ao

servidor que são necessários. Como se pode administrar a coisa alheia sem ter algumas garantias? Todavia, há muitas coisas que são injustificáveis, como, por exemplo, a disparidade salarial entre os Poderes. Um motorista do Congresso Nacional recebe um vencimento cinco vezes maior do que um motorista do Poder Executivo. Essa é uma distorção muito grande. Então o Collor veio arrasando. Extinguiu Ministérios, Fundações, Superintendências, etc. A questão é que as pessoas precisam compreender a Administração Pública antes de atuarem sobre ela. Àquela época a crítica foi geral. O Professor criticava muito porque as coisas que foram feitas eram fora da realidade. Lembro-me que uma vez a Ministra Zélia Cardoso veio a Belo Horizonte e nos reunimos com ela nas instalações da Vox Populi, que ficava próximo da antiga Escola de Arquitetura, próximo à Avenida Afonso Pena. Na reunião, a Ministra disse uma série de coisas absurdas. Lembro-me que ela falou que iria tirar o aval do Governo federal nos empréstimos internacionais do Brasil. Como se isso fosse possível! Ela não tinha noção das coisas. O problema da gestão do Fernando Collor foi o total despreparo. De todo modo, aquilo deu uma sacudida no país. Costumo dizer o seguinte: as pessoas às vezes tem uma utilidade pelo simples fato de não se conformarem com a situação. A pessoa pode não saber dar a solução, mas dá um esbarrão e as coisas melhoram. Não se pode dizer que tudo o que o Collor fez foi errado. Talvez ele tenha feito as coisas da maneira errada e no momento errado. Ele não tinha apoio legislativo algum. Lembro-me de tê-lo visto descendo a rampa do Palácio do Planalto de braços abertos. Parecia um Imperador. Só no Brasil mesmo para acontecer uma coisa dessas. Depois ele foi massacrado, não é?

**ECP** – Nesse mesmo contexto, isto é, em 1992, foi criada a Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Até então o Curso Superior de Administração Pública funcionava no antigo CDA, não é isso?

**VPM** – O CDA – Centro de Desenvolvimento da Administração – era uma das diretorias da Fundação João Pinheiro. Fui nomeado diretor pelo Professor Aluizio Pimenta. Um dia ele me abordou e disse: “Vicente, você foi eleito Diretor do CDA.”. Eu, perplexo, respondi: “Eu? Mas como assim?”. Ele explicou: “fiz uma pesquisa entre os meus gerentes e o seu nome foi uma unanimidade.” Então foi ele quem me fez Diretor. Depois que o Professor Aluizio saiu, assumiu o Professor Hindemburgo. A estrutura de escola ficava no CDA, nestas instalações onde estamos agora. As pessoas de outras diretorias vinham dar aulas aqui também. Dávamos muita ênfase a essa parte de ensino na pós-graduação *latu-senso*, com cursos oferecidos para a Polícia Militar, etc. Até que um dia surgiu a ideia de se estruturar uma Faculdade de Administração Pública. Na época da criação do curso, o Governador de Minas Gerais era o Hélio Garcia. Levei essa ideia para o Professor Hindemburgo Chateaubriand, então Presidente da Fundação. Não falo por vaidade, mas a semente da ideia partiu de mim. A princípio, o Presidente Hindemburgo achou um absurdo, mas como ele é uma pessoa extraordinária, percebeu a importância da ideia e começamos a trabalhar sobre ela. Conversávamos sobre o assunto todos os dias.

**ECP** – Qual era a ideia original, Professor?

**VPM** – A ideia era a de criar um curso superior de Administração, mas com o viés da Administração Pública. Discutimos o formato do currículo e o tempo de duração do curso. Seria um terço de Administração, um terço de Economia e outro terço de Direito Público. Veja como era diferente em relação aos cursos tradicionais. Claro que havia outros cursos de Administração. Na Faculdade de Ciências Econômicas da UFMG havia três cursos: Economia, Administração e Contabilidade. Porém, no nosso curso, o aluno seria bem formado nas matérias de Administração – material, pessoal, teoria da Administração –, além de bem formado em Economia e em Direito Público, especialmente em Direito Administrativo. Para você ter uma ideia, o Direito Administrativo que se ensinava aqui tinha mais conteúdo e mais duração do que o Direito Administrativo da Faculdade de Direito! O Presidente Hindenburgo se encantou com a ideia. A partir daí passamos ao trabalho de convencimento dos demais diretores. Sempre tínhamos reuniões semanais com o Presidente. Às vezes almoçávamos fora com ele. O Hindenburgo prestigiava muito os seus diretores. Ele era um realizador, um idealista. Embora fosse meio bravo, rigoroso e exigente – um dia chegou a jogar um copo de refrigerante em um diretor – era uma pessoa boníssima e extraordinária. E ele comprou a ideia. Uma vez obtido o consenso dos demais diretores, passamos a formatar o curso. Para nos auxiliar na organização do curso trouxemos uma senhora – de quem não me recordo o nome – que providenciou toda a papelada, a parte formal. Inaugurado o curso, fui atrás do Professor Paulo Neves de Carvalho para convidá-lo a participar como Diretor. Ele ficou encantado com a ideia e aceitou o convite de imediato, o que foi até uma surpresa. Ele foi o primeiro Diretor do Curso.

**ECP** – Deve ter sido uma surpresa para o senhor, sobretudo se levarmos em conta que ele já havia recusado cargos elevadíssimos em diversas ocasiões, não é mesmo?

**VPM** – Pois é! Fiquei surpreso quando ele aceitou. Houve uma grande esperança com o curso e isso atraiu muitos professores bons. Lembro-me, por exemplo, que um Professor da Escola de Engenharia veio para lecionar matemática. Fizemos uma formatação jurídica de tal modo que o vestibular valesse como concurso público, para todos os efeitos. Quer dizer, o vestibular não consistia apenas no ingresso para o curso, mas para a Administração Pública, depois de cumprido. Idealizamos uma remuneração muito boa para os egressos. Nossa perspectiva era a de pagar aos recém-formados o que se pagava a um Auditor Fiscal, que, no Poder Executivo, tem um dos melhores salários. O Hindenburgo providenciou a construção das salas de aula – ele ajudou a escolher até os materiais – e o curso começou. No entanto, saiu o Governador Hélio Garcia, entrou o Newton Cardozo e aí tudo se complicou. Eu soube, mas não sei se é verdade, que ele passou a detestar o curso por minha causa. Consta que ele dizia que o curso era “obra do Vicente”. Primeiramente, o curso não era obra minha, não é? Era uma obra de uma instituição. Em segundo lugar, o Governador tinha raiva de mim. Era algo pessoal. Tentei fornecer umas ideias para a Administração do Newton, pois tenho alguns amigos que são ligados a ele. De repente, parece que houve um comentário de um aluno meu da Católica que reprovei e que, por acaso, era cunhado do Newton. Imagino que o menino deva ter dito que falei mal dele. Quando ensinamos o Direito Administrativo, fazemos

uma pregação muito grande de moralidade e de zelo com o dinheiro público. E o menino, naturalmente, achou que afrontei o seu cunhado. Parece que ele fez uma intriga, o Newton ficou com raiva de mim e mandou me demitir. Pessoas ligadas ao Newton me contaram na ocasião que aquele rapaz havia desencadeado aquilo tudo. Sabendo disso, liguei para a secretaria de graduação da Católica e perguntei pelo tal aluno. A secretária me respondeu: “Professor, o senhor deu bomba no cunhado do Governador!”. Pronto, estabeleceu-se o elo. E o prejuízo foi muito grande, não só para mim como para a Fundação João Pinheiro, pois ele também mirou no curso. Lembro-me que fui comunicado da demissão em uma quarta-feira antes da semana santa, em 1987. Depois disso perdi o contato com a Fundação. Este lugar era a minha vida. Eu tinha uma verdadeira loucura por isto aqui. Nunca imaginei em sair. Imaginei que ficaria aqui pelo resto da vida. Fazer parte da Fundação João Pinheiro era algo muito importante. Àquela época, as pessoas ingressavam na Fundação por convite. Não havia influência política, pois só havia espaço para técnicos competentes. Aquilo foi um grande trauma. Todavia, digo com toda a sinceridade que não tenho nenhum ressentimento em relação ao Newton. Acho que, na realidade, ele me trouxe um grande benefício, pois o Ministro passou a me remunerar pelo trabalho que fazia em Brasília, além dos outros rumos que segui na minha carreira. Não sei se muitas pessoas sabem, mas cheguei a negociar com o Ministro a doação, para a Fundação João Pinheiro, de um terreno imenso que pertencia ao MEC no bairro Gameleira. O Ministro aceitou. A ideia era a de construir um campus grande ali. Porém, o Ministro mudou de ideia depois que o Newton Cardoso me demitiu da Fundação. Eu até cheguei a falar com ele: “Ministro, não vamos confundir esse Governador com o estado de Minas Gerais”. Mas ele respondeu: “não. Um homem que demite o senhor não é uma pessoa séria”. Enfim, perdemos uma grande oportunidade. Aquelas instalações do MEC seriam hoje da Fundação João Pinheiro. O Governador Newton Cardoso fez com que o curso fosse transferido para a iniciativa privada, para a o Centro Universitário UNA. Essa mudança não der certo, pois o pessoal da UNA não deu conta do curso e também não o acharam interessante. Houve uma grande crise. Infelizmente, eu estava no meio disso tudo porque me foi dito que o Governador via o curso como sendo uma coisa minha. Depois tudo mudou. Em 1992, o curso passou a ser oferecido pela Escola de Governo. Talvez o nome Escola de Governo nem seja o mais apropriado. A Fundação João Pinheiro deveria atuar em áreas em que ela não atua hoje. Além dessa tarefa de incrementar a parte de ensino, ela deveria dar assessoramento aos Municípios na área de prestação de contas, que é um problema danado. Uma ideia que tenho é a de que o Estado deveria fazer as licitações dos Municípios. Eles têm muitas dificuldades com esses procedimentos. Muitas vezes a prestação de contas é reprovada pelo Tribunal de Contas por causa de um errinho bobo. Outra área em que a Fundação poderia atuar é na formação dos agentes políticos. Esteve uma vez aqui na Fundação, há muitos anos, um Professor norte-americano chamado Jerry Kayden. Ele dizia que as universidades norte-americanas fazem cursos para os parlamentares.

**ECP** – O que existe hoje no Brasil, nesse sentido, está no âmbito das próprias casas legislativas, isto é, as Escolas do Legislativo.

**VPM** – Existe, mas isso ainda é pouco. Os Tribunais de Contas, por exemplo, também tem as suas Escolas de Contas que, aliás, são muito boas. Mas o que acontece com esses cursos internos é que eles se encolhem quando a clientela se exaure. Além disso, em uma instituição externa como a Fundação João Pinheiro, que tem autonomia, o professor pode dizer ao aluno o que ele pensa. Ele não pode influenciar o aluno com pregação política, mas precisa dizer aquilo que pensa. O aluno é que deve saber se aceita ou não aquela opinião. A Fundação poderia institucionalizar cursos para formar Vereadores, Prefeitos, Deputados e até mesmo Senadores. Nos Estados-Unidos é muito comum que o parlamentar escolha uma área de atuação e vá fazer um curso em uma Universidade. Os agentes políticos precisam ter uma compreensão melhor das coisas para terem uma atuação mais eficiente. A Fundação João Pinheiro poderia ter esse papel, mas ela precisaria se habilitar para isso.

**ECP** – Retomando a questão da gestão da ideia do Curso Superior de Administração Pública, em que outras instituições o senhor e os seus colegas se inspiraram?

**VPM** – Não há ideias inteiramente novas. Na Europa há instituições similares de grande prestígio, como a francesa ENA – Ecole nationale d'administration, que sempre foi a referência mundial em Administração Pública. Passaram pela ENA muitos Primeiros Ministros e Presidentes franceses, além de muitos outros dirigentes europeus. Havia também, em Brasília, a FUNCEP. Outro exemplo é a Fundação Getúlio Vargas que, embora esteja muito voltada para o ensino, é também um grande celeiro de pessoas. A Fundação João Pinheiro também deveria ser uma espécie de celeiro e fornecer pessoas que possam atuar nos governos como já aconteceu no passado. Vários Secretários de Estado de Minas Gerais passaram pela Fundação. Temos o exemplo claro do Professor Antônio Anastasia, que chegou a Governador do Estado. Ele não chegou a Sub-Secretário e depois a Secretário a partir do nada. Ele partiu aqui da Fundação João Pinheiro com um currículo e com uma experiência adquiridos em sua atuação como servidor. Mas para isso acontecer de verdade é preciso haver remuneração. Deve-se haver a percepção de que há pessoas que precisam ser pagas para ficarem estudando, para ficarem pesquisando as coisas a fundo. Não se trata de querer medir o desempenho funcional apenas pelo trabalho produzido, mas sim, de estimular o estudo e a pesquisa investindo nas pessoas. Quando o Governo precisar de um especialista, ele pode tirar um daqui e lavá-lo.

**ECP** – Explique mais um pouco algo que o senhor chegou a pincelar há pouco, ou seja, o envolvimento do Professor Paulo Neves nos primórdios do CSAP.

**VPM** – Tivemos o cuidado de dizer para ele que o cargo que oferecíamos na ocasião não era o de Presidente da Fundação João Pinheiro ou de Diretor de alguma Diretoria da instituição, mas apenas a direção de um curso. Ele percebeu a distinção com clareza. Não me lembro mais se em um primeiro momento ele tinha uma presença física muito grande. O que me lembro claramente é que eu pisava em ovos, pois, apesar de o curso ser uma atividade que se desenvolvia dentro da minha diretoria, nunca me senti chefe dele. Deus me livre até de pensar nisso. Ele veio, aceitou a incumbência e começou a

trabalhar. Acho que ele ajudou muito ao emprestar a sua credibilidade ao curso. Isso ajudou a atrair bons professores. Depois que me afastei da Fundação ele continuou por mais um tempo. O que me lembro é que ele ficou muito incomodado com o fato já mencionado. Ele se afastou pouco tempo depois, no contexto da transferência do curso para iniciativa privada. O engraçado é que quando o CSAP foi inaugurado, o Newton Cardoso havia acabado de ser eleito. E o Hélio Garcia o trouxe aqui na Fundação para a cerimônia de inauguração. Eu me encontrei com o Newton na ocasião. Eu o conhecia. Já havia trabalhado com ele em Contagem. Fui Superintendente de Desenvolvimento da Administração Municipal de Contagem. Aproximei-me dele – isso foi antes da demissão – e disse: “oi, Newton. Fizeram uma intriga com o meu nome. Precisamos resolver isso.” Ele respondeu assim: “passe lá no gabinete para conversarmos”. Ele se referiu ao gabinete que é cedido aos Governadores recém-eleitos. Bom, por que eu iria passar lá? O que eu teria a dizer a ele? Não fui, é claro.

**ECP** – Professor Vicente, o senhor expôs a reação do Presidente da Fundação João Pinheiro ao travar contato com a sua ideia inicial. Qual foi a reação do Governo do Estado de Minas Gerais?

**VPM** – O Governo também aceitou a ideia sem maiores resistências. O Hindemburgo é uma pessoa muito influente. Ele tem uma característica interessante: é uma pessoa precursora. Ele pensa para frente. Lembro-me de ir com ele ao Ministério da Educação, em Brasília, para apresentar a ideia ao Conselho Federal de Educação e ao Ministro da Indústria e Comércio da época. Então houve todo um esforço. Era uma coisa nova que estava surgindo e todo mundo queria ajudar. Para ele, a importância do curso transcendia Minas Gerais. Aprovamos o curso. Houve uma Lei específica. Mas feito tudo isso e iniciado o curso aconteceram aqueles episódios da sua transferência para a iniciativa privada e do meu afastamento.

**ECP** – Avançando um pouco no tempo, chegamos ao período em que Fernando Henrique Cardoso foi o Presidente da República, ou seja, entre 1994 e 2002. Inicialmente, eu gostaria de saber quais eram, da sua parte e de seus colegas professores, as expectativas em relação à chegada de um acadêmico à Presidência.

**VPM** – Acho que o governante deve ser a pessoa com a maior educação possível. Mas isso não é o bastante. Quem governa não é o Prefeito, o Governador ou o Presidente, mas sim, as suas respectivas equipes. O Fernando Henrique é um homem mais alinhado à Direita, apesar da letra “S” que há na sigla do seu partido e das suas origens políticas de esquerda e de oposição ao regime militar. Contudo, acho que, em alguns aspectos, ele fez um trabalho de demolição, especialmente na área referente ao servidor público, onde foram feitas muitas mudanças. Na época havia muitos direitos. Ele fez um papel de muita contenção. Quer dizer, para se investir em infraestrutura, é preciso reduzir os gastos na área social, pois, do contrário, fabricar dinheiro gera inflação. O FHC estava muito preocupado com o controle da inflação. Para se fazer isso, o Governo precisa dar o melhor exemplo ao não gastar mais do que arrecada. Todas as mudanças na Constituição e na Lei 8.112 foram contra o funcionalismo. Uma ressalva: não podemos

julgar a priori dizendo que foram todas contra os servidores. Muitas daquelas mudanças precisavam ser feitas, assim como aquelas realizadas na área da Previdência. Não se pode imaginar que uma professora, por exemplo, se aposente com 55 anos de idade. Naquele tempo, antes de uma reforma importante realizada em 1998, as pessoas se aposentavam com pouco mais de 40 anos de idade. Uma professora que ingressasse aos 18 anos no serviço público, trabalhava vinte e poucos anos, contava as férias prêmio em dobro e se aposentava na faixa de 40 anos de idade. É preciso se encarar as coisas com seriedade. A Previdência, que é um grande benefício da sociedade moderna, um verdadeiro traço de civilização, precisa tirar o dinheiro de algum lugar. E o mais adequado é tirar esse dinheiro das pessoas que irão se beneficiar dela. Então o custo e o regime da Previdência devem guardar coerência, devem ser harmônicos. À medida que as pessoas viverem mais – e a tendência é que a expectativa de vida aumente – precisaremos restringir direitos relacionados à Previdência. Não há outro caminho. A não ser que descubramos mais alguns pré-sais. [Riso] Houve também algumas revisões constitucionais e depois as emendas. Em meu entendimento, as emendas constitucionais mais relevantes, no que se refere à Administração Pública, foram as de nº19, que trata de muitos assuntos e a emenda nº 20, que trata da reforma da Previdência. Mas o FCH não pôde fazer tudo. Depois vieram outras reformas na Previdência, na época do Presidente Lula, como a emenda constitucional nº 41.

**ECP** – O senhor se recorda de alguma manifestação do Professor Paulo Neves em relação a esse contexto reformista?

**VPM** – Eu percebia nele aquilo que eu também pensava. Acho que aquilo que precisa ser feito deve ser feito. Contudo, considerando o conjunto das reformas realizadas na época pelo Governo Fernando Henrique Cardoso, temos que criticar algumas coisas, mas não tudo. Quanto à reeleição, por exemplo, ele achou que precisava de mais um mandato para continuar o trabalho importante que ele e sua equipe fizeram com a criação do Real. Se ele não tivesse ficado por mais tempo, talvez o plano não tivesse se consolidado. Aquele foi um trabalho importante que os governos posteriores respeitaram, não é?

**ECP** – Em 2003, Aécio Neves assumiu o Governo de Minas Gerais. Junto à sua equipe, encontravam-se alguns ex-alunos do Professor Paulo Neves. Eu gostaria de saber se o senhor tem algo a dizer a respeito da reação dele ao perceber que seus alunos alçavam posições cada vez mais elevadas na Administração Pública mineira.

**VPM** – Ele achava isso fantástico. Sobretudo pelo fato de que ex-alunos muito próximos a ele como o Antônio Anastasia e a Maria Coeli terem ocupado cargos de alta relevância no Governo. Digo algo com a maior sinceridade: nunca vi o Professor Paulo usar o seu prestígio pessoal para conseguir cargos e empregos para qualquer pessoa, sejam parentes ou ex-alunos. Ele não se prestava a isso. Então o Professor Paulo tinha uma satisfação muito grande com o sucesso dos seus alunos. Ele sentia prazer em vê-los tornarem-se Juizes, Desembargadores, Secretários de Estado, etc. Isso é próprio do professor, não é?

**ECP** – Professor Vicente, durante muitos anos o senhor foi colega de departamento do Professor Paulo Neves de Carvalho. O senhor prestou concurso para a Faculdade de Direito da UFMG em 1971, e, a partir de então, atuou junto a ele no magistério superior. Como era a atuação do Professor no Departamento de Direito Público?

**VPM** – Geralmente ele era o Chefe do Departamento. Ele ditava a orientação para os demais professores.

**ECP** – Ele foi Chefe do Departamento por muitos anos?

**VPM** – Por vários anos.

**ECP** – Ininterruptos?

**VPM** – Sim. Mas como ser Chefe de Departamento dá muito trabalho, depois de um certo momento ele cedeu espaço para o Professor Pedro Paulo de Almeida Dutra, que assumiu a chefia. Trabalhávamos como seus colegas, mas sempre me senti seu aluno. Em um dado momento, fui trabalhar em seu escritório. Achei que podia fazer duas coisas pelo escritório do Paulo Neves, que eram organizá-lo melhor e torná-lo mais rentável.

**ECP** – O senhor foi trabalhar no escritório em que ano?

**VPM** – Em 1987 ou 1988, talvez 1989. Ficávamos juntos por muito tempo no escritório. Conversávamos muito. Depois percebi que ele continuava muito ligado aos municípios. Eu, por outro lado, era mais ligado à área de servidores públicos. Ele tinha muita familiaridade com os agentes municipais do interior. Muitas pessoas o procuravam no escritório, até Prefeitos. Em um dado momento, procurei-o e disse: “olhe, Professor, já não estou mais ajudando o senhor e o senhor também não está me ajudando, porque o senhor já não assina mais nem as minhas petições”. Eu procurava pelo Professor e a Lourdinha dizia: “ele foi para tal cidade”. Ele zarpava. Chegava um Prefeito lá no escritório e ele ia embora para o interior. Depois que saí do escritório entrou o Dr. Eurico Bittencourt, que era recém-formado na época. O Eurico é fantástico. É uma joia de pessoa.

**ECP** – Já que o senhor tocou neste tópico, aproveito para perguntar o seguinte: qual é a sua visão em relação àquela verdadeira peregrinação que o Professor Paulo Neves realizou pelos municípios mineiros?

**VPM** – Aquilo era impressionante. Ele não cobrava. Se alguém quisesse fazer uma palestra em uma cidade qualquer, mandava buscá-lo. A Dona Irene ficava danada, não é? [Riso] Sem avisar, ele pegava a malinha dele e se mandava. E comia muita porcaria, mesmo quando estava mais idoso. Ele gostava de comer moelas de frango, por exemplo. E como as pessoas sabiam disso, ofereciam para ele. Ele ficou nessa área municipal por décadas! Então aqueles Prefeitos que ele ajudou há anos voltavam ao poder e o chamavam de novo. Acho que o Professor fez da vida dele o que realmente queria fazer. É uma pena que este trabalho nos municípios não tenha tido continuidade. Ele me dizia:

“Vicente, o administrador que pode fazer um bom trabalho junto às comunidades é o Prefeito”. Mas acontece que ele precisa ser preparado para isso. E, de maneira geral, ele não tem conhecimento. Não tem e acha que não precisa ter. É muito difícil mudar esta realidade. A ideia do Professor era montar uma estrutura de assessoramento aos Prefeitos por intermédio dos Secretários Municipais. Ele trabalhava para preparar esse pessoal. E isso é muito difícil, pois as cidades pequenas não possuem pessoas preparadas para fazerem essas coisas. No interior tudo é diferente. Tudo é mais simples. É por isso que acho que alguns mecanismos de gestão, como é o caso da licitação e da prestação de contas, poderiam contar, nos municípios, com uma presença maior do Estado, que poderia ajudar as Prefeituras. O Estado deveria ajudar mais os municípios na área de gestão. E é aí que poderia entrar a Fundação João Pinheiro, que tem uma estrutura mais flexível. O problema todo é o concurso público. Vejo, atualmente, o concurso público como um grande entrave. Como existe o nepotismo e o favorecimento, impõe-se o concurso. Mas mesmo com o concurso há favorecimento e até mesmo fraudes. É impressionante. Lido com isso todos os dias no meu escritório. Uma das nossas especialidades é a área relacionada a concursos públicos. Acho que eu até devia escrever sobre isso. Uma vez identificada a doença, devemos procurar o remédio. O Congresso Nacional deve ao Brasil uma norma para disciplinar o concurso público. Você não pode imaginar os absurdos que acontecem. Acho que o concurso não escolhe os melhores porque o melhor não é quem tem mais conhecimento. O melhor deve ser aquele que tenha o espírito de servir, que olhe o dinheiro público com mais respeito e que tenha a vontade de ajudar o próximo.

**ECP** – Retomando um pouco a sua atuação no Departamento de Direito Público da Faculdade de Direito da UFMG, como era a participação Professor Paulo Neves nas bancas examinadoras?

**VPM** – O Professor tinha uma percepção mais aguçada a respeito da qualidade das pessoas. Tanto que nas bancas das quais participei com ele, eu me pautava muito na sua orientação, sobretudo na pós-graduação. Parecia que ele tinha uma bola de cristal para identificar o futuro bom aluno, mesmo que o candidato não fosse bem na entrevista. Ele tinha essa percepção, essa sensibilidade para descobrir o talento das pessoas. Ele sabia o que estava por trás da pessoa. Isso era algo excepcional. Era uma coisa dele. Talvez tenha isso que o fez atrair pessoas como Maria Coeli, Eurico Bittencourt, Júlio Esteves, Antônio Anastasia, entre muitos outros. Eu me considero um coadjuvante naquelas bancas de concursos públicos, de seleção de alunos na pós-graduação e de defesas de mestrado e doutorado. Outra qualidade muito grande que o Professor possuía era a de sugerir temas para os trabalhos de pós-graduação, talvez até por sentir a necessidade de desenvolver certas áreas. Ele participava da pesquisa, da discussão. A contribuição do Professor Paulo na formação desse grupo de Direito Administrativo foi extraordinária. Ele era especial.

**ECP** – Como o Professor Paulo Neves se comportava como examinador nas defesas de mestrado e doutorado?

**VPM** – O Professor me ensinou uma coisa. Depois que alguém produz um trabalho intelectual, uma tese ou dissertação, não há mais motivo para destruir a pessoa, para criticar o trabalho que já está feito. Pode-se sinalizar para o autor que ele precisa desenvolver determinadas partes e estudar mais sobre elas. É preciso estimular o avaliado. O Professor tinha uma atitude de incentivar as pessoas a continuarem. Certa vez veio um examinador de São Paulo e arrasou com um dos nossos alunos. Aquilo foi um grande constrangimento. Essa não é uma atitude construtiva. O candidato que se dispôs a escrever se expõe. Temos então que estimular e oferecer um incentivo. As notas que dou nas bancas para as quais sou convidado às vezes não traduzem o valor real daquele trabalho, mas contém o componente do incentivo ao candidato. O Professor tinha isso. Foi ele que me ensinou. Não podemos mudar o que está escrito, mas podemos chamar a atenção para certos aspectos e criar estímulos para que a pessoa melhore aquilo e continue pesquisando de modo a aperfeiçoar o trabalho. Nas bancas em que o Professor Paulo estava presente, éramos todos coadjuvantes, assim como quaisquer outros que lá estivessem. Além disso, ele também tinha uma atitude quase paternal em relação a todos os candidatos. Esses eram, portanto, traços que notei no Professor, que aprendi com ele e que procuro exercitar nas bancas das quais participo.

**ECP** – O senhor tem algo a dizer a respeito do estilo de arguição do Professor Paulo Neves nas defesas?

**VPM** – Não me lembro de muitos detalhes. Mas o que me chamava a atenção era a qualidade das suas perguntas. Muitas vezes o candidato se engasga, fica perplexo, porque não compreende a questão. Até hoje avalio a qualidade das perguntas pelo número de pessoas que a compreenderam e pelos desvios propiciados pela pergunta mal formulada.

**ECP** – Eu gostaria de abordar um tópico central das lições do Professor Paulo Neves. Segundo ele, os maiores problemas da Administração Pública brasileira não são de ordem legal, mas de ordem cultural. O senhor poderia comentar essa problemática cultural da Administração Pública?

**VPM** – O que aprendi sobre essa questão é que precisamos preparar a cultura. A palavra moralidade vem do latim *moris*, que significa costume. Então a moralidade é aquilo que é certo de acordo com os costumes de uma época. No entanto, os costumes podem ser ruins. E como se muda um costume? Muda-se por meio da educação. O Professor acreditava muito no papel da educação como instrumento para a transformação da cultura. De fato, a maioria dos problemas que experimentamos hoje é de origem cultural. Veja o nepotismo, por exemplo. Isso é cultural. Dizem que tão logo tenha chegado ao Brasil, Pero Vaz de Caminha escreveu para o Rei de Portugal pedindo emprego para um parente dele. Ou seja, o nepotismo é uma coisa normal para o brasileiro. O Professor era tão cioso de que isso não era um valor, que nunca empregou ninguém da sua família. Ele era convicto de que isso era uma coisa ruim. Então essa questão cultural é real. Não se consegue mudar isso através de leis e punições. É preciso induzir as pessoas a adotarem determinado comportamento. Isso é literalmente educar.

Hoje mesmo fiz isso com o meu netinho. Enquanto eu almoçava, pegava as folhas de alface e as comia olhando para ele. Como uma criança pode perceber que é importante comer verduras? Ela não tem capacidade para isso. Mas quando se dá o exemplo, a criança o segue, não é? Então, muitas vezes, precisamos ensinar por intermédio do exemplo. Nesse ponto, o Professor era muito criterioso. Acho que, com essa consciência que tinha a respeito da origem cultural dos problemas da Administração Pública, ele procurava interferir nessa realidade através da educação. Ele fazia muitas palestras gratuitamente, dava cursos para Vereadores. Ele ia muito ao interior aos sábados. Chegou a um ponto em que eu não aguentava mais, pois ele passou a viajar todos os sábados. Ele chegou a desagradar a família para levar isso adiante. Então ele entendeu que o grande investimento a ser realizado era a mudança cultural. Porém, não se muda a cultura através de leis. Muda-se a cultura através da educação. Com a educação, as pessoas passam a incorporar as coisas como valores. Como disse há pouco, educação vem da palavra latina *ducto*. Então educar é moldar, modificar a pessoa. Educar é passar alguém pelo duto, pelo tubo. Por isso, não adianta apenas transmitir as informações para as pessoas, pois elas podem usá-las para o mal. Se alguém ensina ao outro tudo sobre licitações, esse pode usar o conhecimento para fraudá-las. Já educar, pressupõe a transmissão de valores e não de coisas ruins. Era nisso que o Professor vivia insistindo. Ele procurava dar exemplos em tudo o que fazia. Toda a sua trajetória de vida serve de exemplo. Ele não se enriqueceu com a Administração Pública, apesar de chegar a todos os cargos que almejou; muitas vezes ele não cobrava pelos serviços que fazia; não empregava os parentes ou os amigos e assim por diante. Ele era uma pessoa... Aliás, ele é! O Professor continua sendo. O fato de ter falecido não quer dizer que ele desapareceu. Ele continua por aí e certamente trabalhando muito ainda, talvez até mais do que trabalhava antes. Além de tudo, ele era muito atencioso com todo mundo e solidário. Frequentemente ele se assentava conosco para desenvolver um trabalho ou uma orientação. Acho que tive o privilégio de conhecer e de conviver com o Professor.

**ECP** – Por fim, Professor Vicente, peço que o senhor aborde a sua amizade pessoal com o Professor Paulo Neves de Carvalho.

**VPM** – Paulo Neves não era aquele amigo de frequentar a minha casa. Ele era mais um amigo professor, um profissional amigo. Aquilo era algo tão forte que, como manifestei em um discurso, posso dizer que ele foi um pai culto para mim. Ele se preocupava com os meus filhos e com a minha esposa. Às vezes ele me confiava alguma coisa de ordem mais pessoal. Mas por enxergá-lo como uma pessoa superior, como um mestre, aquela era uma amizade muito respeitosa. Não era exatamente aquela amizade de se compartilhar um copo de cerveja. Por vezes, quando estávamos no escritório, até saíamos para jantar. Íamos a uma pizzaria que há no início da Rua Carijós. Muito entusiasmado, eventualmente ele até tomava umas bebidinhas, assim como eu. Nessas ocasiões ele levava todo mundo do escritório. Mas sempre houve uma certa distância, aquela distância própria do mestre em relação ao pupilo. Eu ia muito à sua casa e discutia muitas coisas com ele. Eu sempre procurava dar algumas sugestões. Eu também conversava muito com ele sobre questões de cunho espiritual, mas ele nunca teve

nenhuma queda por isso. O Professor Paulo deve ter falecido achando que não iria sobreviver. Mas ele respeitava tudo o que eu dizia e não rebatia. Ele não era um homem religioso. Ele não tinha uma religiosidade aparente. Nesse aspecto ele era uma pessoa bem seca. Portanto, o Professor Paulo não era aquele amigo íntimo com quem se vai para um clube ou para um sítio. Da minha parte, havia um carinho e uma profunda admiração. Enfim, a nossa amizade era pautada por uma grande afinidade, mas não havia exatamente uma intimidade. Eu ia muito mais à casa dele do que ele à minha, naturalmente. Fui com ele algumas vezes à construção da sua casa nova no bairro Conde. Mas ele gostava muito da sua casa velha, que ficava no bairro Prado. Aquela era uma casa grande e bonita que ele próprio havia construído. Lá havia um escritório grande que ele adorava. Porém, com o crescimento da cidade, a Dona Irene – que era uma poetiza – ficou muito incomodada com o barulho e a poluição provenientes da Avenida Amazonas e preferiu se mudar de lá. A Dona Irene era uma pessoa extraordinária.

**ECP** – O senhor manteve contato com o Professor até os seus últimos dias. Como foi essa fase?

**VPM** – Depois que o Professor adoeceu, chegou um momento em que ele não conseguiu mais sair do leito. Obtive informações de que ele não sairia mais mesmo – informações da minha crença, dos meus amigos espirituais. Trabalhei muito com ele na perspectiva de dizer-lhe que não acabamos e de mantê-lo ciente do valor que ele tinha para todos nós. O mais interessante é que ele trabalhou o tempo todo durante este processo. Ele trabalhava na cama lendo os trabalhos dos alunos da pós-graduação. Ele corrigia o português e tudo mais. Ainda havia uma grande quantidade de pessoas que o procuravam. Tive o cuidado de sempre ir à casa da irmã dele, onde ele ficava, pelo menos uma ou duas vezes por semana. Ele ficou um bom tempo nessas condições. Não sei dizer ao certo quanto tempo. Não me lembro nem do ano em que ele faleceu.

**ECP** – O Professor faleceu em 2004.

**VPM** – Foi em 2004? Eu não me lembrava. Assim como também não me lembro do ano da morte do meu pai. Não memorizo essas datas desagradáveis. Tive, graças a Deus, a oportunidade de demonstrar para o Professor, durante esse período de enfermidade, todo o meu apreço pela sua pessoa. Eu conversava muito com a irmã dele, a Dona Léa, e com o seu cunhado, o Dr. Luciano, que faleceu recentemente. Ainda convivo com a Dona Léa, que teve o mérito de receber o Professor em sua casa e de ficar com ele o tempo todo. Aquele foi um belo exemplo. O Professor Paulo Neves de Carvalho foi um homem notável. Ele foi uma das pessoas mais impressionantes que já conheci. A minha alegria é a de saber que ele não acabou, porque, na minha crença, as pessoas não acabam. Ele continua trabalhando. Acho que ele continua sendo um homem da Administração Pública brasileira. [Riso] Ele deve estar sempre ajudando os nossos governos. Não sabemos, mas nos outros planos deve haver escritórios e departamentos – sem nenhum viés político – que organizam e orientam as coisas, que conseguem ver mais longe e que percebem melhor as necessidades das pessoas. Digo, com sinceridade,

que tive o privilégio de ter convivido com o Professor. Foi um grande privilégio. É também muito bom ver o seu nome aqui na Escola de Governo. É muito bonito ver o nome dele, que se dedicou tanto à Administração Pública municipal e estadual, ligado à Escola de Governo da Fundação João Pinheiro. Isso é uma glória. Foi uma lembrança magnífica. Acho que quem fez isso foram a Maria Coeli e o Antônio Anastasia. O Anastasia tem algo interessante. Ele é uma pessoa muito grata. Uma das maiores virtudes do ser humano é a gratidão. Assim como fiz ao chamar o Professor para ser o primeiro Diretor do CSAP, o Anastasia sabia que batizar a Escola de Governo com o seu nome só iria engrandecê-la. Quando o convidei, ele veio com o maior prazer. Tantos anos depois, aqui está ele de novo. Isso é uma coisa fantástica! Isso é uma benção de Deus. Nada disso acontece por acaso.

**ECP** – Muito obrigado pelo seu depoimento, Professor Vicente. Fique à vontade para acrescentar algo mais se julgar necessário.

**VPM** – Quero apenas aproveitar para agradecer à Fundação João Pinheiro por ter me convidado a dar este testemunho. Acho que temos que cultivar a memória das coisas boas que permanecem. Agradeço muito por esta oportunidade que vocês me deram. Muito obrigado.

[FINAL DO DEPOIMENTO]